UNISIGNORELLI
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL

Revista Científica Internacional UNISIGNORELLI

ISSN: 2965-0054

NOTA MÁXIMA MEC 5 Digital em todo território nacional

Dezembro/ 2022
Ano 1 - Nº02

Revista Científica Internacional Unisignorelli

Ano 1 – Nº 2

Rodrigo da Silva Salgado (Organizador)

2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNISIGNORELLI

Reitor – Professor Doutor Hércules Pereira

GRUPO GESTOR

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa

Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado

Pró-reitora de Graduação

Prof. Me. Carla Verônica Pereira Ferreira

Pró-reitor de Extensão

Prof. Me. Mario Marcio Felix Freitas Filho

Conselho Editorial

Conselheiros Nacionais do Centro Universitário Internacional Unisignorelli

Prof. Dr. Hércules Pereira

Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado

Prof. Me. Mario Marcio Felix Freitas Filho

Prof. Esp. Nathália Xavier

Profª. Me. Letícia Dias Lavor

Prof. Me. Ricardo Akihiro Toda

Prof. Me. Washington Luiz Brum

Prof. Me. Liane Isoldi Linhares

Ficha catalográfica:
SALGADO, Rodrigo da Silva (org.)
Revista Científica Internacional UNISIGNORELLI (Revista eletrônica). Rio de Janeiro: Edições UNISIGNORELLI. 2022. Ano 1, 2ª Ed.
ISSN: 2965-0054
1. Ciência. 2. Educação. 3. Direito. 4. Gestão

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Capa

Esp. Carla Salgado Aguieiras

Editoração

Esp. Carla Salgado Aguieiras

Formatação Pré-Textual

Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado

Projeto Gráfico

Esp. Carla Salgado Aguieiras

SUMÁRIO

➢ EDUCAÇÃO

Página

"A construção iconográfica de Afonso I a partir da Guerra de Reconquista"
Autor: Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado.....**7**

"Antes do *Orientalismo*, vozes precursoras ressoam no Extremo Oriente"
Autor: Prof. Me. Mario Marcio Felix Freitas Filho.....**23**

"EAD e as mídias educacionais"
Autora: Esp. Carla Salgado Aguieiras.....**38**

➢ DIREITO

"Medidas preventivas à violência doméstica"
Autora: Prof. Esp. Luciana de Almeida Montagna.....**49**

➢ GESTÃO E MARKETING

"O uso da psicologia como instrumento facilitador na implantação de controle gerencial: uma abordagem da Teoria Institucional."
Autores: Prof. Elisabete S. M. Lehnemann/ Prof. Esp. José Ricardo de Amorim.....**64**

"Comportamento das marcas em redes sociais"
Autor: Leandro de Melo Fernandes.....**79**

➢ PUBLICAÇÃO DISCENTE

"Violência psicológica e as recentes inovações legislativas na Lei Maria da Penha"
Autora: Eunice Souza Kaustchr Garcia.....**92**

APRESENTAÇÃO

É notório que no Centro Universitário Unisignorelli, a pesquisa e o trabalho acadêmico desempenham papel fulcral na produção intelectual, na consolidação e na difusão do conhecimento. Engendrado como base educativa e científica, o saber acadêmico está presente em todas as etapas dos nossos cursos, estabelecendo uma relação dialógica com a realidade ao almejar não apenas o conhecimento, mas também a articulação dessa produção às necessidades concretas da sociedade.

Nesse sentido, apresentamos à Comunidade Acadêmica a Unisignorelli Revista Científica Internacional Digital, abrindo espaço para os discentes e docentes das graduações e pós-graduações divulgarem seus trabalhos. Acredita-se que o intercâmbio de ideias e experiências é o básico para a construção e consolidação de debates profícuos a uma produção acadêmica sólida.

Nesse âmbito, a presente edição propõe, de forma acadêmica, debates acerca de temas atuais. Tais temáticas proporcionam desafios, perspectivas e reflexões para a construção de competências técnicas, sociais e comportamentais que habilitam o profissional a atuar e se posicionar de maneira crítica e reflexiva diante dos novos desafios contemporâneos da formação docente.

Diante disso, o Unisignorelli parabeniza nossos docentes e discentes pelas elaborações textuais, o que oportunizou reflexões profundas sobre os temas propostos. A nossa instituição convida o leitor a se aprofundar nessas reflexões da sociedade contemporânea e suas profundas modificações no contexto sociocultural, conforme o acompanhamento e adequação das transformações tecnológicas, científicas, culturais, econômicas, religiosas, sociais e políticas, produtoras de novas conjunturas que refletem e indicam desafios nas mais diversas áreas e concepções que se apresentam.

O Unisignorelli deseja uma leitura frutífera e prazerosa a todos.

Professor Me. Rodrigo da Silva Salgado

Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa Unisignorelli

A construção iconográfica de Afonso I a partir da Guerra de Reconquista

Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, através de um estudo iconográfico, como se processou a construção da figura guerreira de Afonso I, primeiro rei de Portugal. Diante disso, tal estudo é recortado pelo período do processo de autonomia de Portugal que abrange todo século XII e pelas produções cronísticas e imagéticas posteriores.
A partir da análise acurada das conjunturas e da iconografia, nota-se que a construção histórica da figura do referido rei é calcada na luta contra o muçulmano durante a Guerra de Reconquista, pois a questão fundamental a ser tratada no atual texto é a forma como se deu o estabelecimento do poder de Afonso Henriques devido ao caráter político e unificador do referido conflito.

PALAVRAS-CHAVE: História, Portugal, Afonso Henriques, Medievo português

ABSTRACT

This article aims to analyze, through an iconographic study, how the construction of the warrior figure of Afonso I, the first king of Portugal, took place. In view of this, this study is cut by the period of Portugal's autonomy process that covers the entire twelfth century and by the later chronicle and imagery productions.
From the accurate analysis of conjunctures and iconography, it is noted that the historical construction of the figure of the referred king is based on the fight against the Muslim during the War of Reconquest, since the fundamental question to be addressed in the current text is the way in which Afonso Henriques' power was established due to the political and unifying character of the aforementioned conflict.

KEYWORDS: *History, Portugal, Afonso Henriques, Medieval Portuguese.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar, através de um estudo iconográfico, como se processou a construção da figura guerreira de Afonso I, primeiro rei de Portugal. Diante disso, tal estudo é recortado pelo período do processo de autonomia de Portugal que abrange todo século XII e pelas produções cronísticas e imagéticas posteriores.

A partir da análise acurada das conjunturas e da iconografia, nota-se que a construção histórica da figura do referido rei é calcada na luta contra o muçulmano durante a Guerra de Reconquista, pois a questão fundamental a ser tratada no atual texto é a forma como se deu o estabelecimento do poder de Afonso Henriques devido ao caráter político e unificador do referido conflito.

A atuação militar deste monarca contra os “infiéis” inclui muitos segmentos da sociedade que se firmava. A integração política tornou-se viável em virtude da integração das regiões recém-conquistadas, criando um espaço razoavelmente autossuficiente.

Assim, o presente trabalho entende que a Guerra de Reconquista possui um verdadeiro sentido unificador de todo o território do Condado Portucalense e é precisamente a vitória de Afonso Henriques neste empreendimento, assim como sua rede de estratégias políticas e de poder, que levam ao seu reconhecimento como o primeiro rei de Portugal, sendo esta legitimação proveniente do seu prestígio na guerra e da autoridade que ela lhe conferiu, sempre unindo a figura do monarca a esta ação armada.

Segundo José Mattoso, a Reconquista em território português acabaria por ter em conta tais ordens de fatores apresentadas. Longe de significar o avanço por terrenos previamente demarcados em improváveis mesas de negociações, veio a sancionar na prática, a lógica organizativa de um território, cuja estrutura interna contava muitos séculos de existência.

Para o autor, a guerra contra os muçulmanos no Condado Portucalense amalgamou o sentido militar com o político, havendo um propósito eficaz de apropriação de pontos estratégicos, de defesa e repovoamento eficaz do território. Em suma, foi a competência militar de Afonso Henriques na Reconquista que lhe permitiu

o reconhecimento de Afonso VII e dos demais soberanos da Península Ibérica como legítimo rei de Portugal. (MATTOSO, p. 429. 1992)

É importante ressaltar que a luta contra o muçulmano[1] não possui somente uma importância militar, mas também, política. Esta perspectiva de análise nos permite compreender o caráter eminentemente guerreiro dos primeiros monarcas portugueses, pois os mesmos se impõem, no conjunto dos reinos cristãos, como chefes guerreiros que devem a sua dignidade à descendência régia, porém pelo vigor militar encontram sua legitimação.

O caráter guerreiro e secular da autoridade régia em Portugal parece ter sempre prevalecido durante toda a primeira dinastia, como acontecia em Leão e Castela. De acordo com a *Chronicon Conimbricense* e a *Chronica Gothorum*, a ascensão de Afonso I ao trono português representava o juízo de Deus e sua vontade divina, assim como sua proteção em relação aos povos ibéricos, especialmente, os portugueses. Assim, o monarca era apenas aclamado num contexto guerreiro, sem qualquer legitimação sacral para seu título.

Segundo José Mattoso, a concessão do Condado Portucalense a D. Henrique, filho do conde de Borgonha, está intimamente ligada à ofensiva almorávida no século XI e à "inaptidão" militar de D. Raimundo diante dessa situação, pois as ações deste se reduziu praticamente à tomada de posse das cidades de Lisboa e Santarém, que lhe foram entregues pelo rei de Badajoz em 1093, e depois a um esforço em vão por manter a posse de Santarém, já que Lisboa foi logo em seguida conquistada pelos Almorávidas. (MATTOSO, p. 32. 1992)

Segundo Maria Helena da Cruz Coelho, a política interna do conde D. Henrique foi hábil na administração dos interesses e forças sociais em presença no Condado Portucalense. D. Henrique apoiou-se na nobreza local, que teve largo campo de ação, devido às longas ausências do conde em campanhas militares para além do território. (COELHO, p. 29. 1997)

[1] Segundo Saul Antônio Gomes, por muçulmanos devemos entender na Península ibérica um conjunto plural de etnias socioculturais, correspondendo diferentes capacidades demográficas e mesmo econômicas. Mulçumanos eram, antes de tudo, aqueles que seguiam a fé islâmica. Na Península Ibérica, poderíamos distinguir muçulmanos andaluzes, árabes e berberes, muladis ou "neomuçulmanos", muçulmanos brancos e negros. Todos estes grupos étnicos se distinguiam do ponto de vista sociobiológico, mas unia-os a identidade religiosa. O referido autor afirma que do ponto de vista dos cristãos do Norte peninsular, todos eles eram genericamente identificados como mouros. GOMES, Saul. Grupos étnico-religiosos e estrangeiros. In: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV. Lisboa: Presença, 1996. Vol III. p. 309.

Dessa maneira, é na conjuntura do processo de autonomia do Condado Portucalense e da Guerra de Reconquista que o papel de rei surge como um símbolo de poder interno, preservador da paz e justiça, garantindo a subsistência do reino. O espaço construído por ele surge como um prolongamento do que era propriamente o Condado de Portucale, à medida que Afonso Henriques, filho de D. Henrique, altera o panorama político do reino de Portugal com as terras recém-conquistadas.

A atividade militar do referido rei traduziu-se em múltiplos aspectos, seja na segurança efetiva para as terras da retaguarda, ou seja, do Tejo para o Norte ou na ampliação territorial, o que significava um aumento de espaço disponível para a descida das populações excedentes do Norte e para a diversificação dos recursos econômicos ou na afirmação de um esforçado guerreiro peninsular aos olhos da Santa Sé. (MARQUES, p. 31. 1996)

Por meio da administração régia e a um custo humano elevado, as terras recém-reconquistadas se agregaram de maneira orgânica ao núcleo primeiro do condado. Atuando desta forma, Afonso I demonstrava a imagem de um rei atuante em seu espaço físico e nas relações sociais do reino.

Nas crônicas citadas anteriormente, o principal fundamento da realeza era considerado como correlativo ao direito de conquista. Tal direito, o rei analisado tinha demonstrado amplamente e é, por este motivo, que estes relatos ressaltam a sua bravura, sagacidade e os seus sucessos guerreiros.

Durante o período aqui analisado, existe uma união indissociável entre a instituição real e a pessoa que a encarna, ou seja, o rei. A compreensão do poder régio encontra-se no conhecimento do próprio ideal do príncipe, pois a atribuição dos poderes ao monarca e sua ampliação sempre está relacionada com a representação que este possuía, com a construção da figura do monarca e de seu poder.

Em suma, a figura régia possui um poder em si mesma. Este efeito de poder é mais intenso, embora a maioria dos súditos, a quem é dirigida esta mensagem, nunca sequer viram seu rei. Portanto, a única idéia que podem possuir dele é a divulgada nas representações e feitos que a ele são atribuídos.

Estas representações simbólicas tomam para si um valor quase definitivo para a figura que o súdito forma de seu rei. A maioria das representações de Afonso

Henriques possui a tendência de convertê-la numa idéia perfeita, inviolável e modelada de um grande guerreiro. Os feitos que o rei realiza são para seus súditos, elementos individualizadores de sua pessoa, pois as conquistas de Afonso Henriques lhe proporcionam a idéia guerreira que vai perdurar ao longo de sua vida e, posteriormente, cimentar a concepção de um combatente singular.

Ao analisar a questão do poder régio, percebe-se que a luta contra o “infiel” norteou a criação desta legitimação guerreira. Para entender melhor essas representações, é importante estudar o conceito de Poder Simbólico elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. (BOURDIEU, p. 08. 1992)

Segundo o autor, este conceito é considerado como um poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. O poder simbólico surge como todo o poder que consegue fixar significações e estabelecer as mesmas como legítimas.

Pode-se considerar as funções políticas deste conceito, conferindo este encargo proveitos particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. O grupo soberano contribui para a integração real da classe dominante, assegurando um diálogo entre os seus pares e distinguindo-os de outros grupos.

Com essa integração da sociedade no seu conjunto, o grupo dominante almeja uma desmobilização dos grupos dominados. Isto contribui para o reconhecimento da ordem por meio do estabelecimento das hierarquias distintas e para a legitimação dessas diferenças.

Quanto a sua definição mais plausível, da qual derivam as noções de violência simbólica e eficácia simbólica, consideramos o poder simbólico como um aquele que a ele está sujeito dá a quem o exerce, um crédito com que ele o credita, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe, porque aquele que a ele está sujeito crê que ele existe.

Para Bourdieu, os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados.

Assim, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem. Os símbolos, por sua vez, são os instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, e

que tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. (*Ibidem*, p. 14)

Os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de as relações de poder que neles se exprimem somente se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido. Além disso, as representações simbólicas são determinadas pelos interesses de grupos que as criam, não sendo de forma alguma discursos neutros, mas produz estratégias e práticas, seja social ou política, impondo certa autoridade a legitimar e justificar para os indivíduos suas escolhas e condutas.

Estas representações são os instrumentos de conhecimento e reconhecimento imediato que nos fornecem a visão de um objeto ausente através de sua substituição por uma imagem, capaz de o reconstituir em memória e de o representá-lo como ele é.

Portanto, entende-se esta vinculação como o relacionamento de uma imagem presente de um objeto ausente, pois somente entendendo esta lógica das representações simbólicas compreenderemos a lógica das práticas sociais do período proposto a ser analisado.

Durante a construção da figura de Afonso Henriques e o processo de autonomia de Portugal, todas as representações produzidas acerca deste monarca coincidem em explicitar um ponto crucial: o seu papel como chefe guerreiro. Ao analisarmos as crônicas e cruzarmos as informações com a documentação imagética, verificamos sempre o caráter belicoso atribuído ao rei, associando-o aos seus feitos militares.

O uso constante de símbolos guerreiros a toda realeza, principalmente o escudo com as armas régias, a criação de uma memória régia em que o rei surge como chefe vitorioso do combate contra os muçlulmanos, constitui outros tantos elementos que vão fixando lentamente os signos da identificação do reino de Portugal.

O poder simbólico como poder de constituir, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário. O mesmo define-se numa relação determinada, e por meio desta, entre os que exercem o poder e o que lhes estão sujeitos.

O conceito é uma forma transformada, um poder subordinado, transfigurado e legitimado das outras formas de poder. Trata-se, portanto, de um poder constituído de modo relacional, por aquele que o exerce e pelo que se encontra subjugado.

Além da produção imagética, verifica-se o Poder Simbólico também na documentação de origem arquivística, pois Afonso Henriques procura estabelecer uma rede de estratégias e alianças através de uma política de repovoamento com as constantes doações através de cartas de couto, tanto às ordens monásticas quanto para as ordens militares religiosas, tais como os Templários e Hospitalários, ou para a nobreza que participou ativamente do processo de Reconquista.

O REI MEDIEVAL

É notório que o rei medieval foi um personagem específico da História entre os séculos VI e XVI. Le Goff aponta que o mesmo evoluiu e sofreu constantes transformações durante o longo período, dentro do qual podemos distinguir três realidades: a época carolíngia, quando o monarca se torna ungido e um rei ministerial; entre meados dos séculos XII e XIII, quando surge um monarca administrativo face a três realidades, a coroa, o território e a lei; e por fim, quando o rei se encontra diante de um reino sacralizado, o qual aquele se esforça para absorver.

De acordo com Jacques Le Goff, o rei medieval amalgamou heranças desde a Antiguidade, da Índia e do Oriente Médio à monarquia helenística, do Antigo Testamento ao Império Romano, ao mundo céltico e ao mundo germânico prémedievais. O mesmo personagem dependeu de uma estrutura fundamental de poder: a monarquia. (LE GOFF, SCHMMIT (orgs.), p. 395. 2002)

O mesmo autor indica que a personagem do rei medieval, por sua vez, se viu à frente de uma situação um tanto difícil, pois teve de vencer uma desvantagem inicial, representada pela repulsa pelo *nomen regium*, aversão esta que se enfraquecera sob o Império até desaparecer na segunda metade do século IV, por influência cristã.

Dessa maneira, o rei medieval surgiu como o produto final de uma ruptura e uma inovação em matéria política. Podemos afirmar que houve uma unicidade do poder real na Cristandade Ocidental. Os reinos da Idade Média tiveram à sua frente um rei único e superior. Esta realeza medieval não se fragmentou. O caráter do rei cristão foi sem dúvida o aspecto mais novo e mais importante no medievo.

Seu fundamento ideológico residiu na passagem do politeísmo característico da Antigüidade para o monoteísmo. Partindo desta idéia, a figura do rei medieval era retratada como a imagem de Deus, ou seja, *rex imago Dei*.

Sobretudo, foi com Cristo que o monarca medieval desenvolve analogias particulares. A ideologia cristã do espaço encontrou-se no lugar que o rei ocupa na sociedade. No cristianismo, em que o sistema dominante de orientação do espaço é a oposição entre um alto valorizado e um baixo depreciado, o lugar do rei está no alto, acima.

O rei medieval foi assim colocado em um sistema hierárquico segundo uma teoria que se constituiu desde a Alta Idade Média pela teologia dionisina. Quando, a partir do século XII, se difundiu a teoria orgânica, corporal, descrevendo a sociedade como um corpo humano, o rei esteve à testa desse corpo social.

Le Goff indica que os chefes políticos e militares da Idade Média utilizaram o maravilhoso[2] para seus fins. As dinastias reais sempre procuraram forjar para si origens míticas, o que, posteriormente, é observado na tentativa de apropriação do passado mítico por famílias nobres e cidades. (LE GOFF, p. 50. 1983).

Durante a construção da figura guerreira de Afonso Henriques encontramos esta apropriação nítida do maravilhoso. De acordo com a crônica de Duarte Galvão, durante o milagre de Ourique, as tropas de Afonso Henriques foram tomadas de medo e de receio da derrota devido a sua inferioridade numérica ao se depararem com as hordas de cinco reis mouros.

Todavia, de acordo com o referido cronista, é nesta adversidade que o milagre se manifesta, pois ao perceber o abatimento de suas tropas, Afonso Henriques prontamente se pôs a discursar com a finalidade de levantar os ânimos de seus companheiros de armas, pois o mesmo afirmou que este discurso foi baseado na justificação divina de sua vitória nesta contenda, pois na noite anterior à batalha, Cristo lhe havia aparecido em visão e ele havia prometido a vitória contra os muçulmanos.

[2] O referido conceito é concebido como uma categoria, um conjunto de seres, fenômenos, objetos, possuindo todos a característica de serem surpreendentes, e que podem estar associados quer ao domínio propriamente divino quer ao domínio natural, quer ao domínio mágico, diabólico, portanto uma ilusão produzida por Satã e seus seguidores sobrenaturais ou humanos. Maravilhoso. In: LE GOFF, Jacques, SCHMMIT, Jean-Claude (org.). Dicionário temático do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2002. Vol. II. P. 106

A concepção de realeza maravilhosa esteve presente em toda a Idade Média. Ela se fundamentava numa acumulação de lendas, mitos, crenças e ritos que atuavam como causas de força “moral” dos monarcas medievais. Assim, podemos perceber o maravilhoso tornando-se um instrumento de construção política e do poder em Portugal.

Nas crônicas e nas imagens, a figura construída de Afonso Henriques aparece como o verdadeiro salvador das terras portucalenses do jugo dos muçulmanos. Era o eleito e representante de Deus com a missão de solidificar o processo de autonomia do Condado Portucalense e tornar as terras reconquistadas produtivas, além de integrá-las a toda Cristandade.

A obra de José Manuel Nieto Soria é imprescindível para o estudo da imagem do rei medieval.[3] O referido autor analisa a construção desta como uma legitimação e assentamento do poder. Em sua obra, o autor infere que a edificação desta imagem se fundamenta em todo um processo de moralização do rei e do reino com as prerrogativas do poder régio impostas pelo cristianismo.

A figura de um bom rei era construída com o intuito de buscar o bem comum, através da verdade e justiça. Cumprindo sua função de representante de Deus na Terra, deve o rei se submeter a comportamentos e atitudes que demonstrem suas virtudes, imitando o modelo de Cristo.

De acordo com o autor, ao analisarmos o conceito de Monarquia medieval, pensamos neste conceito como uma ética, uma teoria e uma prática do poder, capaz de manter a lealdade dos súditos e de uma parte significativa dos mesmos, guiando a própria realeza em sua ação de governo. (*Ibidem*, p. 36)

Durante o período analisado, existiu uma união indissociável entre a instituição real e a pessoa que a encarna, ou seja, o rei. De acordo com Soria, o monarca devia representar a figura do juiz, defensor e executor da justiça a fim de trazer equilíbrio ao reino, sendo este um árbitro entre as forças divergentes.

Esta ideia faz-se presente nas crônicas e documentos relacionados ao monarca trabalhado, pois de acordo com as mesmas, a ascensão e vitórias de Afonso Henriques demonstravam a expressão do juízo de Deus e da vontade divina,

[3] SORIA, José Manuel Nieto. Fundamentos ideológicos del poder real em Castilla (siglos XIII- XVI) Madrid: Eudema, 1988.

conferindo-lhe a missão de libertar as terras portucalenses do jugo muçulmano e solidificar uma monarquia cristã de grande relevo na Cristandade.

Os reis portugueses o são “pela graça de Deus” e é esta a fundamentação do seu poder jurídico supremo e a justificação moral das suas vitórias. Na instituição monárquica, o rei apareceu como instância máxima na divisão da justiça, sendo este dever tanto moral quanto, sobretudo, jurídico, tratando-se de uma prerrogativa essencial do poder régio.

Segundo Soria, o rei valorizou-se por sua capacidade para executar a justiça. Do ponto de vista de sua fundamentação teológica, a imagem do rei executor da justiça foi conseqüência da idéia do vicariato régio, no qual os reis tomam o nome de Deus e seu poder de fazer justiça. Esta figura refere-se também a identificação do conceito de um rei juiz com a idéia de um bom governo. (*Ibidem*)

Em Portugal, efetivamente ao rei cabia zelar pela equidade porque, ao estabelecer justiça, estava a garantir a paz e esta era uma das mais importantes atribuições de uma monarquia bem sucedida.

CONSTRUINDO A FIGURA DE UM REI GUERREIRO E VITORIOSO

A conjuntura do século XII foi caracterizada por confrontos militares, em que o fundamental dos atributos é situado nas virtudes guerreiras e nos gestos heróicos, baseado na função belicosa destes homens. Aliada a esta realidade, uma imagem física correspondente a isto assumiria importância fulcral na construção deste rei.

Assim, as qualidades de chefe guerreiro, herói vitorioso, disposto a arriscar a própria vida em prol da Cristandade, de seus súditos, aliado ao seu amor ao seu reino foram ideias presentes na construção histórica da dinastia afonsina.

Doravante, infere-se que a construção imagética posterior a este período se encarregará disto. Desta forma, diversos atributos de Afonso Henriques foram retirados da tradição que, por sua vez, os conservou em gerações. Lentamente, as imagens revelam-se mais pormenorizadas, a fim de atingirem uma detalhada caracterização dos reis medievais.

Os mecanismos de representação, propaganda e memória régia tornaram-se particularmente fulcrais nesta busca pela legitimidade do poder. Dessa maneira, são consideradas as estratégias que Afonso Henriques recorreu a todos os instrumentos, agentes e cenários de propaganda para afirmar seu poder através da guerra.

Em Portugal, o principal fundamento da realeza era considerado como correlativo ao direito de conquista, o qual se demonstrava pela aquisição de novos territórios. De acordo com José Mattoso, este direito o monarca tinha demonstrado amplamente e é, por este motivo, que todos os cronistas que narram sobre sua vida e realeza ressaltam a sua strenuitas, a sua valentia, os seus sucessos guerreiros. (MATOSO, p. 219. 1993)

O referido historiador analisa esta concepção da função régia que se desenvolveu na Península Ibérica desde a segunda metade do século XI, não somente porque prolongava as tradições da monarquia asturiana, de caráter eminentemente guerreiro, mas também como forma de contestação das pretensões da cúria romana a exercer a soberania na Península Ibérica.

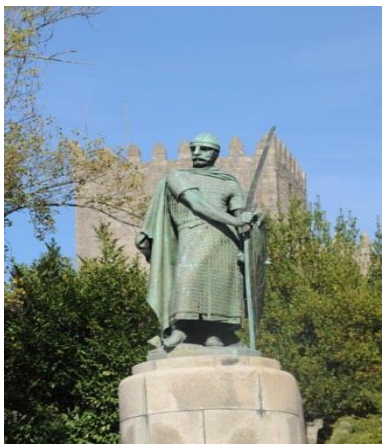
As representações artísticas de Afonso Henriques apresentam o rei coroado e envolvido pelo manto solene, uma delas, a saber, é a estátua que se encontrava na igreja da Alcáçova em Santarém e, atualmente, é guardada no Museu do Carmo.

É notório que em Portugal se dá maior importância às insígnias que simbolizam o poder militar do que às usadas como expressão do sagrado. As representações iconográficas de Afonso Henriques põem em relevo, de maneira muito expressiva, a espada.

O rei empunha e coloca-a sobre o ombro numa atitude que consideramos ostensiva, como se indicasse a sua insígnia mais representativa, aquela que lhe fornece uma autoridade singular, a que o distingue de todos os outros homens. Esta referida espada erguida possui também um atributo: simboliza claramente o direito de vida ou de morte, ou seja, a justiça régia, como indica a representação iconográfica abaixo:

A espada, em particular, assume no período analisado, novos significados. Entre os romanos, ela era associada ao poder delegado dos magistrados que agiam em nome do reino. O rei medieval é representado “em majestade”, portador dos signos de sua função e em particular da espada, simbolizando sua autoridade sobre os homens, um poder de justiça, de polícia e de direção das hostes armadas.

Além do busto acima, percebe-se tal construção imagética a partir de uma análise acurada da estátua de D Afonso Henriques em Guimarães elaborada por António Soares dos Reis. Esta é considerada uma figura de 'proa' das belas-artes portuguesas na segunda metade do século XIX, ou seja, um período posterior ao vivido pelo referido rei. Tal obra foi inaugurada em 20 de outubro de 1887, encontrando-se junto ao Paço dos Duques desde 1940 e, mesmo num período bem posterior, ela indica a permanência dos traços guerreiros idealizados dos reis portugueses:

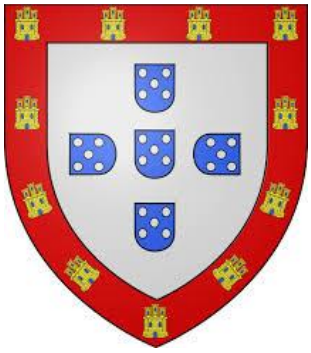


De acordo com Raimundo Lúlio, o significado que reside na espada é dado à semelhança da cruz, pois indica que o cavaleiro deve combater e vencer os inimigos da cruz, assim como Cristo através da cruz venceu a morte. O referido autor salienta

que o cavaleiro deve manter a justiça e a paz através da espada, pois ambas caminham juntas e é ofício de todo bom cavaleiro pacificar os homens através das armas. (LLULL, p. 25. 2000)

A função eminentemente guerreira da monarquia de Afonso Henriques não se exprime apenas por meio da espada. Ela afirma-se também pela importância que é fornecida ao escudo. Além da espada, esta insígnia militar tornou-se o principal elemento das armas régias e, posteriormente, da própria identidade coletiva de Portugal. Este fato explicaria que o escudo se guardasse como uma espécie de relíquia, junto com a espada.

A ligação mítica do escudo de Afonso Henriques, pendurado sobre seu túmulo, com a monarquia era marcada pela crença, testemunhada no princípio do século XV, de que ele caía quando morria um rei de Portugal. Essas duas relíquias eram testemunhos convincentes de que Afonso Henriques devia o título de rei às suas ações guerreiras, corroborando as narrativas tecidas acerca de seu reinado.



Dessa maneira, o escudo tornou-se então o principal elemento das armas régias e, num momento posterior, da própria nação de Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, infere-se que foi a guerra que assegurou a Afonso I um território suficientemente amplo para deixar de ser apenas um condado e se tornar um reino. Ademais, foi ainda o sucesso nos campos de batalha que deu a Sancho I a possibilidade de se apresentar como legítimo sucessor de um chefe militar.

Dessa forma, é possível afirmar que foi durante a Reconquista que o poder de Afonso I se configurou, pois esta soberania vinha-lhe da idéia de recuperar o território

do Condado Portucalense das mãos dos muçulmanos. Assim, a figura do referido rei, devido a este ideal, acaba ligando-se à ação armada, intimamente centrada no alargamento do espaço físico inicial do território do Condado Portucalense.

Em Portugal, os primeiros reis da Dinastia Afonsina foram justificados por esse trabalho, e a extensão do seu território às terras retomadas aos muçulmanos constituía apenas a prova da sua submissão a Deus e aos seus mandamentos. Os signos de poder construídos durante a primeira monarquia de Portugal foram totalmente calcados na guerra contra o muçulmano, representando, deste modo, uma monarquia voltada aos inúmeros embates contra o islamismo.

Dessa maneira, é notório que a consolidação política de Portugal não foi fruto apenas da própria força de Afonso Henriques, pois sem a ajuda de seus auxiliares durante o processo de Reconquista como seus companheiros de armas, clérigos da chancelaria e a propaganda ideológica dos monges e cônegos regrantes, principalmente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra que o apresentaram como um instrumento de Deus na luta contra o muçulmano, o referido rei não teria sido reconhecido como chefe pelos habitantes do território que conquistou e dominou.

Sem este pleno reconhecimento, Afonso I não poderia transmitir a sua coroa e suas insígnias régias ao seu filho e sucessor Sancho I e nem este, provavelmente, teria sido reconhecido como seu verdadeiro sucessor.

A ascensão de Afonso Henriques ao trono português representava o aparecimento de um novo rei, destinado a tomar na Cristandade um lugar de relevo, amalgamando a figura do rei, da guerra e de um reino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DICIONÁRIOS

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL ILUSTRADO. Lisboa: Círculo de Leitores, 1984. Vol I e II.

LE GOFF, Jacques, SCHMMIT, Jean-Claude (org.). Dicionário temático do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2002. Vol I e II.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: Dicionário temático do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2002. VOL I e II. _____. O guerreiro e o cavaleiro. In: LE GOFF, Jacques (dir.). O Homem Medieval. Lisboa: Presença, 1989.

COELHO, Maria Helena da Cruz. O poder da Idade Média: um relacionamento de poderes. In: Homens, espaços e poderes: Séculos XI-XVI. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

_____. O poder na Idade Média: um relacionamento de poderes. In: Poder central, poder regional, poder local: uma perspectiva histórica. Lisboa: Cosmos, 1997.

COSTA, Ricardo. A guerra na Idade Média: um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Rio de Janeiro: Paratodos, 1998.

FLORI, Jean. A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da idade média. São Paulo: Madras, 2005.

_____. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques, SCHMMIT, Jean-Claude (org.). Dicionário temático do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC. 2002, Vol I.

LE GOFF, Jacques. O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval. Lisboa: Edições 70,1983.

_____. Rei. In: Dicionário temático do Ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2002. Vol II.

LLULL, Ramon. O livro da Ordem da Cavalaria. São Paulo: Giordano, 2000.

MARQUES. A. H. de Oliveira. História de Portugal: Desde os tempos mais antigos até à presidência do Sr. General Eanes. Lisboa: Palas, 1985. Vol I.

MATTOSO, José. O essencial sobre a cultura medieval portuguesa: séculos XI a XIV. Coimbra: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1985.

_____. A Formação de Portugal e a Península Ibérica nos séculos XII E XIII. In: Actas das II jornadas luso-espanholas de História medieval. Porto: Centro de História da Universidade de Porto, 1987. Vol. I.

_____. Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal. Lisboa: Estampa,1988. Vol. I & II.

_____. História de Portugal. Lisboa: Círculo de leitores, 1992. Vol I e II.

_____. Portugal medieval: novas interpretações. Lisboa: Imprensa Nacional, 1992.

_____. Fragmentos de uma composição medieval. Lisboa: Estampa, 1993.

MIETHKE, Jürgen. Las ideas politicas de la Edad Media. Buenos Aires: Biblos, 1993.

SARAIVA, José Hermano. História concisa de Portugal. Lisboa: Europa América, 1981.

SERRÃO, Joel. MARQUES, A . H. de Oliveira (org.). Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV. In: Nova História de Portugal. Lisboa: Presença, 1996. Vol III.

SOARES, Torquato Brochado de Souza. Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do porto durante a Idade Média. Barcelos: Editora do Minho, 1935.

SORIA, Jose Manuel Nieto. Fundamentos ideológicos del poder real em Castilla (siglos XIII- XVI). Madrid: Eudema, 1988.

_____. Ceremonias de la realeza: Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara. Madrid: Nerea, 1993.

ANTES DO *ORIENTALISMO*, VOZES PRECURSORAS RESSOAM DO EXTREMO ORIENTE

Prof. Me. Mario Marcio Felix Freitas Filho

RESUMO

Em 1978, Edward Said pavimenta as bases para a análise do imperialismo cultural em seu livro *Orientalismo*. Nele, as percepções pré-conceituosas da visão do Ocidente como expoente e embaixador cultural em relação ao Oriente exótico e bárbaro são esmiuçadas à exaustão. Em seus estudos culturais que examinam o período pós-colonial, num primeiro momento, a Índia e as terras bíblicas são analisadas sob a visão dominadora dos Impérios Britânico e Francês; num segundo momento, no pós-guerras mundiais, o olhar norte-americano recai sobre o extremo oriente. Em nosso trabalho, procuraremos diminuir a interferência do intermediário – ainda que aluno, baseado em teorias Ocidente/Oriente – tirando o foco um pouco da Escola Ocidental, permitindo que o "subalterno fale" por si. Essa voz ressoa do próprio Japão pré e pós Guerras Mundiais, início e ápice do imperialismo, e seus autores enviam um recado ao Ocidente através de seus escritos. Analisaremos as obras *O Livro do Chá* (1906), de Kakuzo Okakura e *Mil Tsurus* (1952), de Yasunari Kawabata, assim, procurando trocar o ponto de vista para Oriente/Ocidente.

PALAVRAS-CHAVE: Orientalismo, Cultura, Pós-colonialismo

ABSTRACT

In 1978, Edward Said lays the groundwork for the analysis of cultural imperialism in his book Orientalism. In it, the preconceived perceptions of the vision of the West as an exponent and cultural ambassador in relation to the exotic and barbaric Orient are thoroughly detailed. In his cultural studies that examine the post-colonial period, at first, India and the biblical lands are analyzed under the dominating view of the British and French Empires; in a second moment, after the world wars, the North American gaze falls on the Far East. In our work, we will seek to reduce the interference of the intermediary – even if a student, based on West/East theories – taking the focus a little away from the Western School, allowing the "subaltern to speak" for himself. This voice resounds from Japan itself before and after the World Wars, the beginning and apex of imperialism, and its authors send a message to the West through their writings. We will analyze the works The Book of Tea (1906), by Kakuzo Okakura and A Thousand Cranes (1952), by Yasunari Kawabata, thus trying to change the point of view to East/West.

KEYWORDS: Orientalismo, Culture, Post-colonialism

Em 1978, Edward Said pavimenta as bases para a análise do *imperialismo cultural* em seu livro *Orientalismo*. Nele, as percepções pré-conceituosas da visão do Ocidente como expoente e embaixador cultural em relação ao Oriente exótico e bárbaro são esmiuçadas à exaustão. Em seus estudos culturais que examinam o período pós-colonial, num primeiro momento, a Índia e as terras bíblicas são analisadas sob a visão dominadora dos Impérios Britânico e Francês; num segundo momento, no pós-guerras mundiais, o olhar norte-americano recai sobre o extremo oriente.

Como o próprio Said atesta, "O Oriente era quase uma invenção europeia, (...) um lugar de romance e seres exóticos". (SAID, 1990, p. 13) É neste espírito que o Ocidente estrutura sua própria identidade: contrapondo seus próprios conceitos aos do Oriente em uma relação quase messiânica onde a Europa/América do Norte branca, civilizada e racional tem a missão de "catequizar" esses povos e tirá-los da ignorância, da barbárie e do obscurantismo.

Em nosso artigo, procuraremos diminuir a interferência do intermediário – ainda que aluno, baseado em teorias Ocidente → Oriente – tirando o foco um pouco da Escola Ocidental, permitindo que o "subalterno fale" por si. Essa voz ressoa do próprio Japão pré e pós Guerras Mundiais, início e ápice do imperialismo, e seus autores enviam um recado ao Ocidente através de seus escritos. Analisaremos as obras *O Livro do Chá* (1906), de Kakuzo Okakura e *Mil Tsurus* (1952), de Yasunari Kawabata, assim, procurando trocar o ponto de vista para Oriente → Ocidente.

O ano de 1854 foi para o Japão o princípio do "Desastre Branco", pois após o Tratado de Kanagawa o xogum Tokugawa Ieyoshi abriu os portos de seu país às nações amigas frente às pressões do Comandante Matthew Calbrath Perry, que colocou sua esquadra prostrada à frente da baía de Tóquio. A política de isolamento japonesa que durava 200 anos esvaiu-se.

Na segunda metade do século XIX, o último xogum da dinastia Tokugawa renuncia e o príncipe Mitsushito Meiji assume o novo governo. A era Meiji foi um momento delicado para o Japão, pois, terminada a era feudal que havia durado 256 anos, iniciou-se um largo processo de modernização. Para isso, toda a sorte de peritos e eruditos foram convidados ao Japão, universidades foram abertas, estudantes foram

enviados às melhores universidades europeias e norte-americanas para absorver a gama de conhecimento que o Ocidente estava disposto a oferecer.

A maioria da população aceitou estas mudanças com um espírito de lealdade a tal ponto que famílias proeminentes deixaram seus quimonos para trás e adotaram o terno, passaram a sentar-se em cadeiras, a se dedicar a atividades comerciais e, acima de tudo, aprenderam a consumir carne vermelha – prática proibida pelo Budismo – na tentativa de aprender a pensar como os ocidentais.

Nem todos estavam tão abertos ou dispostos a aceitar tais mudanças, por isso algumas rebeliões e resistências culturais se iniciaram. Em 1860 uma revolta a favor do retorno do feudalismo irrompeu e foi debandada pelas forças armadas recém-criadas. Na geração seguinte, inspirados pelos escritos nacionalistas de Swami Vivekananda (1863-1902) e Rabindranath Tagore (1861-1941), houve outras revoltas.

Vivekananda foi peça fundamental desta engrenagem, pois em um de seus discursos inflamados ele conclama o Oriente, em especial os indianos, a lutar contra a dominação territorial e cultural imposta pelo Ocidente. Ele clama: “Levantem-se, ó leões, e abandonem a ilusão de que são ovelhas; vocês são espíritos livres, abençoados e eternos (...)”. (VIVEKANANDA, S., 1893/1957, p. 143.) Enquanto na Índia a reação e a luta eram de cunho político e religioso, no Japão elas aconteceram por razões morais e estéticas.

O primeiro de nossos estetas é **Kakuzo Okakura** (1862-1913). A tradicional família Okakura, com origem nos samurais da província de Fukui, estabeleceu-se em Yokohama, onde prosperava com o rentável comércio de seda. Desde cedo Okakura estava inserido em um meio prolífico e intelectual. Aprendeu inglês ao estudar em uma escola missionária cristã, aos 15 anos ingressou na Universidade Imperial de Tóquio, onde graduou-se com louvor em Artes, Língua Inglesa e Filosofia. Foi cofundador do periódico japonês *Kokka*, especializado em arte oriental, e, sobretudo, fundador da *Tokio School of Fine Arts* e do *Japan Art Institute*.

Em parte, o interesse de Okakura pela arte de seu país foi despertado por seu professor e mestre Ernest Fenollosa, um professor formado pela Universidade de Harvard que foi convidado a lecionar Filosofia e Ciências Políticas na Universidade de Tóquio. Fenollosa encantou-se tanto pela arte tradicional oriental que conteve a

tendência de ocidentalização nas artes e despertou em seus alunos a busca por uma nova compreensão da herança nativa do Japão.

Sob a égide desta forma de visão, Okakura lança as fundações de seu pensamento estético a favor da manutenção do estilo tradicional do Oriente nas artes. Sua preocupação consistia na tendência adotada pelas escolas públicas nacionais em abandonar o instrumental técnico-artístico em favor da perspectiva ocidental e seu jogo de claro-escuro, tanto que os temas japoneses eram ridicularizados ou ignorados. Isso chegou a tal ponto que até o tradicional pincel de tinta foi abandonado em favor do pincel europeu para tinta a óleo.

No afã para conseguir gerar recursos monetários, famílias tradicionais vendiam heranças por ninharia. Inúmeras obras de arte foram compradas a baixíssimo preço por americanos como Fenollosa, Edward Morse e W. S. Bigelow. Para apreciar grande parte de sua herança nacional, os japoneses agora precisavam ir à América do Norte.

Após separar-se de seu mentor, que fora convocado a administrar o Museu de Belas Artes de Boston, Okakura funda uma escola oriental de estilo extremado: o Instituto de Arte Japonesa. Isto feito, partiu em viagem pela Ásia para estudar melhor sua cultura e acabou por observar um grave problema. Todas as nações asiáticas, principalmente China e Índia, estavam sofrendo do mesmo mal que o Japão: a ocidentalização. Em seu interior, cada vez mais, cresce o desejo de proteger, restaurar e disseminar o modo asiático de pensar e viver.

Em 1902 parte, para Bengala a fim de encontrar-se com Rabindranath Tagore. À época ambos já são reconhecidos como personalidades asiáticas. Após seu encontro, Okakura chega à conclusão que a arte asiática vale mais que qualquer das escolas modernas europeias, pois não se trata de uma arte pautada na imitação, mas no idealismo. Sua visão estava intimamente ligada a visão de que o Japão passava por uma “miopia cultural”, um processo de visão ingênua e deturpada do “progresso” trazido pelos ocidentais.

Em 1904 é convidado a ocupar o cargo de consultor do departamento sino-japonês do Museu de Belas Artes de Boston. Nos Estados Unidos, no Congresso de Ciências e Artes promovido pela Mostra Internacional de St. Louis, profere uma conferência intitulada *A Arte Moderna Sob o Ponto de Vista Japonês*. A partir daí, dá

prosseguimento à confecção de seus escritos sobre a cultura japonesa. Dentre seus inúmeros trabalhos, destacam-se seus três livros sobre cultura japonesa: *The Ideals of the East* (1903); *The Awakening of Japan* (1904) e *The Book of Tea* (1906), foco de nosso trabalho.

Nosso outro esteta é **Yasunari Kawabata** (1899-1972). Advindo de uma família de médicos, Kawabata nasceu na cidade de Osaka. Fica órfão aos 4 anos de idade, indo viver com seus avós e, após a morte dos mesmos, passa à guarda de seus tios maternos.

Frequentou o ensino público japonês e, aos 18 anos, foi admitido à Universidade Imperial de Tóquio em 1917 para o Curso de Humanidades, graduando-se em Língua Inglesa e Literatura em 1924. Trabalhou então como repórter para o renomado jornal *Mainichi Shimbun* e submetia seus escritos a revistas literárias como a *Bungei Shimjun*, capturando a atenção de seus editores para a qualidade de seus textos. Durante os anos que seguiram a 2ª Guerra Mundial, recusou-se a participar do fervor militarista-nacionalista que se alastrava em seu país e no pós-guerra demonstrou pouco interesse nas reformas políticas que se seguiram.

Anos mais tarde, particularmente influenciado pelo surrealismo francês, Kawabata e alguns jovens escritores fundam o Sinkankakuha, o movimento neo-sensorialista japonês. Esta nova estética é responsável por uma revolução literária no país, até então preso ao Realismo, que cede seu lugar a uma escrita mais lírica, recheada de uma imagética nada convencional: pintar palavras.

O ritmo harmônico da natureza é contrastado com uma multitude de sensações como metáforas táteis, visuais e auditivas, revelando um processo de fragilização humana frente o quotidiano. Assim, o mestre realiza uma composição surrealista de elementos da cultura e filosofia oriental com cenários ásperos e personagens acossados.

Em todos os seus escritos, Kawabata revela uma obsessão pelo mundo feminino, sexualidade e morte, reflexos de sua vida privada onde desde cedo convive com a morte prematura e sequencial de seus parentes.

Em 1968, torna-se o primeiro escritor japonês a ser agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, o que de fato é a grande mola que impulsiona seus romances a nível internacional, ainda lidos largamente na atualidade. Suas obras arroladas para

o prêmio são *O País das Neves* (1947), *Mil Tsurus* (1952) e *Kyoto* (1962), onde segundo o comitê julgador, prevalece a expressão da essência da mente japonesa.

Dentre a vasta gama de romances escritos por Kawabata, selecionamos *Mil Tsurus* para apresentar a relação entre o Japão pós-guerras, cansado e esmorecido, observando quase inerte o final do processo de aculturação pelo ocidente — onde ainda assim se ouve a voz enfraquecida, mas presente, da resistência — com a voz precursora do *Livro do Chá*, que ensaia uma reação de resistência ao "desastre branco" e deixa o aviso às gerações futuras.

O LIVRO DO CHÁ

Quando o Ocidente entenderá, ou procurará entender o Oriente? Nós, asiáticos, ficamos frequentemente amedrontados pela estranha rede de fatos e fantasias que se tece a nosso respeito. Pintam-nos como vivendo à base do perfume de lótus, quando não de ratos e baratas. (OKAKURA, Kakuzo. 1906. p. 42.)

Publicado no ano de 1906, erroneamente inserido na categoria de "English Tea Classics", *O Livro do Chá* é antes de tudo um guia para o entendimento da cultura oriental que um mero livro de receitas escrito por mestres do chá como Lu Yu em seu clássico *Ch'a Ching* (A Escritura Sagrada do Chá) ou Wang Yuan Chih com seus louvores.

Escrito diretamente em inglês, para um público majoritariamente anglo-americano, o livro é dividido em sete capítulos, perpassando por todos os aspectos culturais, ideais e estéticas que o oriente cultiva desde tempos antigos. Com a cerimônia do chá por pano de fundo, Okakura trabalha suas origens na China do século VIII com os Taoistas, sua transformação pelos Budistas e sua chegada ao Japão, onde ganha proporções religiosas: o Chaísmo. Nada mais justo que trabalhar a cultura japonesa desde a China já que o próprio nome Japão (Nippon ou Nihon) teve origem na China, na dinastia Sui, entre 581-618. Literalmente significando *Origem do Sol*, a Terra do Sol Nascente.

Okakura trata da transfiguração do chá como remédio para o Chaísmo, religião do esteticismo que se fundamenta na adoração do belo em meio ao quotidiano. Essa estética está presente desde o século VIII, enquanto na Europa, os ecos do chá começaram no século XIII e sua consolidação se deu no final do século XVI com os holandeses.

Comparando as formas de encarar a bebida, estabelece-se uma relação de contraponto entre o "Novo e Velho Mundo". Enquanto o Oriente faz do culto ao chá sua Arte de Viver, o Ocidente trata-o como uma mera *beverage*. Assim, dá enfoque aos mal-entendidos entre europeus e asiáticos.

Infelizmente, a atitude ocidental é desfavorável à compreensão do Oriente, o missionário cristão vem para dar, não para receber. A informação que vocês cristãos recebem baseia-se em míseras traduções da nossa imensa literatura, quando não em relatos, pouco fidedignos, de viajantes ocasionais. (OKAKURA, Kakuzo. 1906. p. 43.)

Okakura acredita que o Chaísmo é a chave para o entendimento entre Oriente e Ocidente, encontrando em si uma "consolação mútua". Para tal, cita o poeta Charles Lamb, que gostava de praticar boas ações às escondidas e vê-las descobertas por acidente. Arremata afirmando que Lamb demonstrava em suas ações ser o mais puro Chaísmo, pois ele é a "arte de disfarçar a beleza que se venha encontrar, de insinuar aquilo que se ousa revelar. É a nobreza secreta de rir de si mesmo." *(Ibidem*, p. 47)

Por fim, termina o capítulo com a filosofia taoísta da luta entre o Espírito e a Matéria para ilustrar o conflito moderno pela riqueza e poder, comparando o Oriente e o Ocidente como sendo dois dragões arremessados em um mar de agitação travando uma luta inútil para recuperar o tesouro da vida.

AS ESCOLAS DO CHÁ

"O chá é uma obra de arte e carece da mão de um mestre para que manifeste suas qualidades mais nobres. Há bons e maus chás, assim como há boas e más pinturas – geralmente a última em maior número." (*Ibidem*, p. 51)

Com essa afirmação Okakura inicia o segundo capítulo, onde faz a relação do chá com a arte, em especial com a pintura. As três principais escolas do chá indicam a maneira que a bebida foi apreciada no decorrer do tempo. Modernamente, somos todos – orientais e ocidentais – enquadrados na última escola.

As três escolas podem grosseiramente ser divididas em *Chá Fervido*, *Chá Batido* e *Chá por Infusão*. Assim como a arte de viver / arte do chá possui suas escolas, ou seja, estágios na evolução. Respectivamente elas se assemelham à pintura em suas escolas *Clássica*, *Romântica* e *Naturalista*.

Para os chineses, de elixir da vida eterna, jade líquida, o chá passa a bebida deliciosa. Contudo, para os japoneses ele representa todo um ideal de vida, uma dedicação ao rigor estético da beleza presente no minimalista e no assimétrico. É um ritual extenso que requer de seu praticante total atenção aos detalhes na confecção da matéria. Tal dedicação foi trazida pelo Budismo Zen, oriundo do sul da China.

O TAOISMO E A PRÁTICA DO ZEN

A cerimônia japonesa do chá possui uma ligação íntima com o Zen. Este, por sua vez, é intimamente ligado ao Tao, sua origem. O Tao e o Zen são reflexos da mentalidade individualista do chinês do sul em contraposição ao comunismo do chinês do norte, donde foi mesclado ao confucionismo.

O taoismo aceita o mundo da forma em que o mesmo se apresenta e busca a sua beleza em meio a toda a aflição e inquietude. O Zen enfatiza os ensinamentos do Tao e adiciona o elemento da meditação sagrada para que o praticante alcance a autorrealização plena. Para ambos, sua prática é a prática da Relatividade.

A prática do Chaísmo é o produto da concepção Zen da grandeza que se mostra mesmo nos pequenos acidentes do quotidiano. Assim, o Chaísmo é a mistura

entre os ideais estéticos do Tao: Piedade, Parcimônia e Modéstia; e as práticas do Zen: vencer os seis caminhos, Jigokudo - Caminho do Inferno, representando o inferno; Gakido - Caminho dos Fantasmas Famintos, representando a fome; Chikushodo - Caminho das Bestas, representando a animalidade; Shurado - Caminho Demoníaco, representando a ira; Ningendo - Caminho dos Homens, representando a tranquilidade; e Tendo - Caminho dos Deuses, representando a alegria efêmera.

O presente é o infinito em movimento, esfera legítima do Relativo. A Relatividade busca a Adaptação; a Adaptação é Arte. A arte da vida reside na constante adaptação ao que nos rodeia. *(Ibidem*, p. 69)

A CASA DE CHÁ

Para os arquitetos europeus, educados nas tradições das construções de pedra e tijolos, a maneira japonesa de construir com madeira e bambu pode parecer indigna de ser considerada arquitetura. (...) Sendo essa a maneira de encarar a

arquitetura clássica do Japão, dificilmente se poderia esperar que o profano viesse dar valor à beleza sutil da casa de chá (...) *(Ibidem*)

Sukiya, a Casa do Chá, também pode ser lida como *Casa da Fantasia* ou até como *Casa do Assimétrico*. Esta é uma casa autônoma, separada do restante da habitação por um caminho ajardinado que oferece reflexão e recolhimento ao convidado, antes que este adentre o recinto da *Casa do Vazio*.

Este santuário devotado ao chá, que propicia uma fuga dos problemas do mundo exterior, é feito para abrigar não mais de cinco pessoas. É um recinto pequeno, construído com madeiras diferentes às da residência, mantido sempre bem arrumado e limpo, pois um verdadeiro mestre do chá é aquele que se dedica antes ao preparo de seu cerimonial, lavando e limpando tudo pessoalmente com o maior esmero possível.

Assim, para evitar que distrações dispersem os participantes, o local é decorado com o mínimo de elementos possível. Existe apenas um lugar de destaque para a decoração: o Tokonoma. Cabe a fantasia imaginativa dos participantes preencher o restante do recinto. Todos os objetos em uma casa de chá diferem entre

si, pois o medo da repetição dos temas é algo constante. Tal repetição representa algo deselegante.

A APRECIAÇÃO DA ARTE

Repleto da teoria da evolução, o século XIX criou em nós o hábito de perdermos de vista o indivíduo em meio à espécie. O colecionador anseia por adquirir espécimes que ilustrem um período ou escola, e esquece-se de que uma única obra-prima pode nos ensinar mais do que inúmeras mediocridades de dado período ou escola. Sacrificamos demais e apreciamos demasiado pouco. *(Ibidem*, p. 101)

Para o mestre do chá Kobori Enshu, devemos nos aproximar de uma obra de arte como nos aproximaríamos de um grande príncipe, anulando-se perante ela e esperando ansiosamente por sua mensagem. Para apreciar a arte e, por consequência, a beleza contida nas pequenas coisas, o apreciador deve convertê-la em uma realidade viva e unir-se a ela por um laço de amizade. Assim, após essa comunhão harmoniosa, a arte pode ser observada em sua plenitude. Este fato é muito importante para o seguidor do Chaísmo.

À época da consolidação do Chaísmo, era comum os generais conselheiros (Taiko) do imperador sentirem-se melhor recompensados por receberem uma obra de arte de certo valor que terrenos ou posses por uma vitória. Para eles, a arte tem valor, pois fala ao espírito, é uma linguagem universal.

Okakura tece uma forte crítica aos apreciadores de arte ocidentais, pois estão mais preocupados em “criticar uma pintura com os ouvidos”, querendo aquilo que tem alto preço, não o que é fino; preferem o modismo em detrimento ao belo; confundindo arte e apreciação dos antigos mestres com a pura arqueologia, sem apurar o que os mestres têm a nos oferecer através da tela. Para ele, estaremos destruindo a arte ao destruirmos as belezas da vida.

FLORES

Ao oferecer o primeiro ramalhete à sua amada, o homem primitivo deixou de ser bruto. Ele tornou-se humano neste ato de elevar-se acima das necessidades grosseiras da natureza. Penetrou no reino da arte ao perceber a utilidade sutil do inútil. (*Ibidem*, p. 103)

Okakura se utiliza da metáfora das flores e do mestre das flores para ilustrar a dicotomia entre Oriente e Ocidente. Para ele as flores são nossas amigas constantes, pois partilhamos com elas as principais passagens da nossa vida: com elas come-se, bebe-se, canta-se em louvor a elas, com elas casamos, batizamos nossos filhos, presenteamos nossos entes queridos, nossos doentes e, com elas, reverenciamos nossos mortos.

Para Okakura, a grande diferença entre um mestre de flores ocidental e um oriental é que o primeiro desperdiça as flores, devastando-as para enfeitar o altar do capitalismo desenfreado que alimenta o imperialismo; já o outro, mestre na arte do arranjo de flores, adora a flor pela sua simples existência, pois o homem do vaso é muito mais humano que o homem da tesoura.

O verdadeiro mestre de chá é aquele que também domina o culto das flores, pois elas também são um componente de seu ritual estético de adoração ao chá. Um arranjo feito com maestria é colocado no Tokomona, lugar de destaque da casa de chá, e depois de utilizado é retornado à natureza de onde saiu, completando-se assim o seu ciclo.

OS MESTRES DE CHÁ

Os mestres de chá afirmavam que a apreciação genuína da arte só é possível para aqueles que fazem dela uma influência viva. Assim, procuravam regular sua vida diária pelo alto padrão de refinamento que alcançava na casa de chá. (*Ibidem*, p. 117)

Okakura constantemente afirmava a seus discípulos que “enquanto alguém não se tenha tornado belo, não tem direito de se aproximar da beleza”. A partir disso, explora a contribuição que os mestres de chá fizeram ao campo da arte e ao modo de

viver. Eles valorizavam a beleza minimalista, instalada no detalhe mínimo que é ignorado por aquele que não tem o coração aberto à beleza. O mestre é um expoente de educação e refinamento e por meio de seus ensinamentos é capaz de fazer penetrar o chá na vida do povo.

Por estarem distantes por não mais que poucas gerações, Okakura e Kawabata compartilhavam da mesma percepção em relação ao processo de deterioração da cultura japonesa frente às invasões imperialistas norte-americana e europeia. O primeiro, ainda no início dessa degradação, antecipava as consequências e legava um tratado cultural a fim de conscientizar tanto o povo quanto o estrangeiro sobre a riqueza da cultura oriental; o outro, vê os últimos redutos da genuína cultura e refinamento serem esvaídos num Japão pós 2ª Guerra Mundial. Seu ponto em comum é a cerimônia do chá e tudo o que gira em seu entorno.

MIL TSURUS

Os japoneses acreditam que quando se dobram mil Tsurus (grous) de papel ao longo de um ano, os deuses saem dos templos para atender ao desejo dessa pessoa. Assim também é quando uma pessoa está doente, quanto mais rápido dobrar os Tsurus, mais rápida é sua recuperação.

O personagem principal em *Mil Tsurus* é Kikuji, um jovem em seus vinte e poucos anos. Seu falecido pai era um mestre de chá e lhe deixou uma bela coleção de peças clássicas – utensílios de chá do mais alto refinamento. Também deixou duas amantes: Kurimoto Chikako – um *affair* passageiro que "caiu por falta de atividade sexual e foi feito um acessório conveniente" na casa; e a Sra. Ota, com quem teve um relacionamento que durou até sua morte.

O romance começa com Kikuji, que chega para uma das cerimônias de chá de Chikako. Apenas quando entra na sala é que percebe que está jogando uma espécie de jogo com Chikako, que providenciou para que esta cerimônia fosse um pretexto para um *miai*: onde Kikuji pode conhecer uma noiva em potencial, a jovem chamada Inamura Yukiko. Embora dada a natureza do convite que recebeu, ele deve ter percebido que as cartas estavam na mesa. Um revés nas maquinações de Chikako é

a presença da Sra. Ota e sua filha, Fumiko. Trazendo à tona lembranças desagradáveis e apresentando um elemento de concorrência ao *miai*.

Mil Tsurus é um romance focado nos gestos e imagens, assim como é a própria cerimônia do chá. O enredo estabelece um tom memorialista, pois Kikuji recorda a marca de nascença de Chikako que, grotescamente, cobre metade de seu seio; da bela garota que ele vê em sua chegada à cerimônia, Kikuji mantém em sua memória o “lenço com mil tsurus” que ela carregava; da (posteriormente) finada Sra. Ota, mantém os copos de chá cerimoniais, incluindo um que foi sugerido que sua filha Fumiko desse como “herança”, pois estava manchado permanentemente por seu batom.

Kawabata concentra sua atenção sobre essa imagética, mantendo-as sempre em close-ups permanentes, como um verdadeiro mestre do chá deve apreciar a vida: nas pequenas coisas. Apresentando-as assim de forma sugestiva, elas estão imbuídas de diversas camadas de significado, tal qual a própria cerimônia do chá. Quando Kikuji identifica Yukiko através de seu lenço de mil tsurus, Chikako diz: "Lenço! Que coisas estranhas você presta atenção.” Porém, são justamente esses pequenos detalhes que movimentam o enredo da obra.

Kikuji é ainda um jovem que não está preocupado com a construção de seu próprio futuro, não pensando, portanto, em se casar e constituir uma família. Seu pai o deixou com uma “herança indesejada”, e ele tem de lidar com isso em primeiro lugar. As duas “heranças” deixadas por seu pai são a manipuladora Chikako e a sensual Sra. Ota. Embora esta seja 20 anos mais velha, cada vez mais insinua-se na vida passiva de Kikuji, mais proativa (ou pelo menos pró-passiva) nas suas relações com a geração mais jovem. Ele depara-se com Yukiko e seu lenço e Fumiko, filha da Sra. Ota. Então, primeiramente, Kikuji realiza-se em sua luta para libertar-se da memória de seu pai e manter seu legado para si.

Em determinado ponto da narrativa, Kikuji sugere que em vez do habitual tipo de cerimônia do chá, todos poderiam fazer as coisas de forma diferente para a comemoração do quinto aniversário da morte de seu pai, a fim de honrar sua memória:

“Seria engraçado convidar todo tipo de especialistas e utilizar peças iguais do início ao fim.” Chikako descarta a ideia tola, observando que não havia uma peça falsa

para ser encontrado em toda a vasta coleção de seu pai, mas Kikuji sabe exatamente ao que ela estava se referindo:

“Esta sala de chá sempre cheira a algo bolorento, talvez uma cerimônia falsa possa fazer o bolor sumir. Farei em memória de meu pai e ela será meu adeus ao chá. É claro que já havia encerrado minha relação com o chá há muito tempo.” Ele pode ter tentado cortar relações, mas o bolor certamente ainda perdura e ele tem uma boa razão para querer tomar medidas drásticas; já que *Mil Tsurus* é uma novela curta, repleta de sexo, sensualidade, estratagemas, suicídio e outras coisas (vidas, xícaras de chá) sendo despedaçadas.

Todos se apresentaram muito cerimoniosamente e totalmente discreto, assim como o mestre transporta a cerimônia do chá para o quotidiano. *Mil Tsurus* é um romance de suicídios tranquilos e vozes abafadas, mesmo quando Kawabata relata: "Ele tinha gritado", é um grito passivo, passado. Embora o romance ressoe com gritos de desespero, nenhum desses são ouvidos em voz alta.

Uma história eficaz, de profunda emoção e vínculos pessoais sufocantes que ainda exercem fortes influências mesmo após a morte, é um livro desconfortável, mas poderosamente discreto. O romance transmite uma sensação igual a superfície lisa de um corpo de água; a perturbação da superfície é sugerida, mas mal desvelada, deixando muito a cargo da apreensão do leitor. Kawabata apresenta uma história surpreendentemente profunda, perturbadoramente em camadas e de espaço tão curto quanto as pinceladas simples de uma tela de caligrafia japonesa.

CONCLUSÃO

Como pudemos perceber no percorrer comparativo entre as duas obras, a temática da vida oriental é pautada na poesia das coisas simples, que são perturbadas frente aos ventos fortes que sopram do oeste em direção ao leste. Estes ventos são capazes de balançar toda uma estrutura, mas não foram capazes de derrubá-la.

Assim como a arte, o oriental teve que aprender a se adaptar e a se modificar. Sob a égide destes e de outros precursores, o gérmen da cultura oriental foi se instalando vagarosamente no imaginário ocidental. Seja na religião ou em outras

manifestações, aquilo que está além da nossa visão restrita, o ex-ótico, torna-se cada vez mais panóptico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHCROFT, Bill et alii. *The Empires Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literature.* Londres: Routledge, 1989.

CHILDS, Peter & WILLIAMS, Patrick. *An Introduction to Post-Colonial Theory*. Londres: Prentice Hall, 1997.

GANDHI, Leela. *Postcolonial Theory*. New York: Columbia, 1998.

KAWABATA, Yasunari. *Mil Tsurus*. Tradução do japonês: Drik Sada. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

LOOMBA, Ania. *Colonialism / Postcolonialism*. Londres: Routledge, 1998.

OKAKURA, Kakuzo. *O Livro do Chá*. Tradução Cláudio Giordano. São Paulo: Pensamento, 2009.

SAID, Edward Wadie. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAMTEN, Padma. Meditando a Vida. São Paulo: Peirópolis, 2001.

VIVEKANANDA, Swami. Paper in Hinduism (1893). In: BURKE, Marie Louise. *Swami Vivekananda in the West – New Discoveries*. Vol. 1. Calcutá: Advaita, 1957. p. 143.

YUN, Hsing. Budismo: Significados Profundos. Tradução de Luciana Franco Piva. 2. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2011.

EAD E AS MÍDIAS EDUCACIONAIS

Carla Salgado Aguieiras

RESUMO

Esse trabalho tem por finalidade mostrar as vantagens da Educação a Distância e as Mídias Educacionais, citando seus itens de maior relevância e objetivando trazer para o leitor essa gama de estratégias que podem se utilizadas com essa mídia sem limites que é a Internet.
A educação incentiva a mudança, mas o que acontece na realidade é a reprodução dos modelos tradicionais com toque tecnológico. Por isso escrever sobre o tema em questão, já que este se faz essencial atualmente.

PALAVRAS CHAVE: Educação a Distância, Mídias Educacionais, EAD

ABSTRACT

This work aims to show the advantages of Distance Education and Educational Media, citing its most relevant items and aiming to bring to the reader this range of strategies that can be used with this limitless media that is the Internet.
Education encourages change, but what actually happens is the reproduction of traditional models with a technological touch. That's why writing about the topic in question, since it is essential today.

KEYWORDS: Distance Education, Educational Media, Distance Learnind

INTRODUÇÃO

No decorrer dos tempos a educação a Distância vem mostrando várias etapas da evolução tecnológica através da História, como bons exemplos pode-se citar o telefone, a televisão, a carta e a internet (digital), nesse primeiro passo já se adquiria uma forma de obter Educação, pois estes meios de comunicação de massa atendiam as expectativas dos alunos da época.

Nos últimos anos a EAD vem ocupando um lugar cada vez maior no ambiente educacional. Sendo assim a utilização das mídias educacionais se tornam cada vez mais importante, desempenhando um papel único nesta forma de aprendizagem. Já neste passo começam a digitalizar os meios tangíveis da EAD

> [...] A integração de meios de comunicação de massa tradicionais como a internet, associada à publicação de materiais didáticos provocou a expansão da educação a distância a partir de instituições de ensino e produção de cursos, os quais emitem as informações de maneira uniforme para todos os alunos. [...] (DE ALMEIDA,2009)

Sendo assim materializou-se de forma atrativa esses novos meios de comunicação. Diversas formas de mídias educacionais serão abordadas dentre as quais:

- O correio eletrônico;
- Fórum de discussões;
- Portfólio para a postagem de atividades;
- Material Didático em forma de PDF ou E-BOOKS
- Web aulas interativas.

Essa gama de ferramentas de aprendizagem precisa estar locada em uma plataforma digital, que será elaborada dentro dos padrões de cada Instituição de Ensino Superior afim de suprir as necessidades do Curso em questão.

Existe uma questão a ser respondida: Qual será o perfil desse estudante que agora pertence há um mundo digital?

Verifica-se que este estudante possui uma independência ímpar, organização e disciplina:

> [...] A EAD é, pois, uma alternativa pedagógica de grande alcance e que deve utilizar e incorporar as novas tecnologias como para alcançar os objetivos das práticas educativas implementadas, tendo sempre em vista as concepções de homem e sociedade assumidas e considerando as necessidades das populações e a que se pretende servir. [...] (PRETI, 2006)

Consideramos que todo esse processo vem se modificando ao longo dos anos e que ainda continuará mudando até que consigamos atingir um equilíbrio entre tecnologia e EAD, e o estudante em questão também vem se aperfeiçoando também e está fusão tem como objetivo o máximo de integração.

JUSTIFICATIVA

A palavra mídia deriva da palavra meio, do latim *médius*, significando aquilo que está no meio ou entre dois pontos. A partir dessa definição, pode-se inferir que uma mídia educacional é um meio através do qual se transmite ou constrói conhecimentos.

O tema abordado é a EAD e as Mídias Educacionais, foi escolhido devido fazer parte do contexto atual, ser interessante e enfocar o que o avanço tecnológico pode mudar no sistema de ensino-aprendizagem.

A educação é incentivada a mudança, mas o que acontece na realidade é a reprodução dos modelos tradicionais com toque tecnológico. Por isso escrever sobre o tema em questão, já que este se faz essencial atualmente.

É fundamental que todo esse processo de evolução tecnológica seja acompanhado por todas as Instituições de Ensino Superior e repassada de forma coerente ao aluno. Já que todo o material didático, ou seja, as mídias digitais precisam atingir desde o computador com a mais simples configuração disponível na *Lan House* ao computador de última geração com a melhor configuração, seja de uso doméstico ou não.

E a questão do tempo disponível, como resolver? Pois é assim que esse método de ensino-aprendizagem se encaixa perfeitamente, já que supri grande parte das necessidades desde mundo tecnológico e corrido de hoje em dia.

O grande conjunto de possibilidades dentro da EAD faz com que esse perfil de estudante mergulhe nesse imenso mar de conhecimento. Cheio de suas diferentes espécies a serem desvendadas e alcançadas. Agora sim alcançadas pois anteriormente por um fator chamado tempo eram deixados para traz ou para depois ou quando houvesse tempo.

OBJETIVO

Tornar possível e cada vez mais acessível a integração entre as mídias Educacionais e a Educação a Distância, desvendando as diversas possibilidades que este tema pode alcançar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar a evolução das mídias educacionais ao logo da História;
- Mostrar integração do aluno x tutor;
- Conhecer as diversas possibilidades de comunicação com o tutor; e
- Conhecer as novas possibilidades e avanços tecnológicos e sua aplicabilidade no futuro.

UM BREVE HISTÓTICO DA EAD E AS MÍDIAS SOCIAIS

Segundo Edwards (1995), a EAD com sua ênfase no fornecimento de oportunidades de aprendizagem a distância, é consistente com o modelo fordista de produção e consumo de massa.

Então esse processo começa a tomar forma e direcionamento, é um novo meio de produção em massa, pois um mesmo tutor direcionará vários alunos ao mesmo tempo, esse fator gera lucro na visão da Instituição de Ensino Superior.

Assim dentre as várias mídias educacionais vamos descrever algumas:

- A correspondência

Era possível estudar a distância através de cartas, meio bastante eficaz para a época.

- O FAX

Ferramenta que agiliza os processos entre transferência de dados, muito utilizado em Escritórios, Comércio, Empresas, Instituições de Ensino Superior, etc.

- Televisão

Com a evolução dos meios de comunicação surgem vários programas de Televisão com ênfase em EAD.

- A Internet

O grande "Boom" em relação aos meios de comunicação e Mídias Educacionais foi o surgimento da Internet. Ainda simplória, mas com grande poder de comunicação ela apresenta o e-mail, ferramenta que revoluciona este momento. Então o que era antes enviado em dias pelos correios agora é transmitido em segundos e a distância entre dois continentes, por exemplo, se torna mínima.

> "Para aqueles que, mesmo estando a milhas e milhas de distância, têm o poder, a magia e a sabedoria de manterem-se próximos e presentes." (MAIA, 2022)

No decorrer dos últimos anos é característico o aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) que utilizam em seus projetos e programas ferramentas atuais no processo de ensino a distância, como o ambiente virtual.

Várias IES, entre Universidades e Faculdades, têm obtido resultados eficientes com a utilização do ambiente virtual, dentre várias a Universidade Anhembi Morumbi que vem desenvolvendo projetos nos últimos anos. Relacionados a programas diretamente ligados ao ensino e aprendizagem, contemplando os ambientes virtuais, que são utilizados como objeto de pesquisa na busca da interface adequada para atendimento aos estudantes.

Este ambiente foi desenvolvido com a denominação de "UNIDADE WEB", disponível a todos os professores tutores e estudantes com os recursos eficazes de interação, como: fórum, chat e listas de discussão, dentro do cenário atual de projetos e programas na modalidade de EAD.

> “Cenários são ferramentas cognitivas, imagens de futuro ou jogos coerentes de hipóteses, são descrições de situações de origem e de acontecimentos que conduzem a uma determinada situação dentro de uma narrativa lógica e coerente.” (ANNUNZIATA, 2010)

Como podemos adaptar os diversos Cenários existentes em uma realidade atual e virtual?

A questão a ser resolvida, de forma coerente e eficaz que coloque o estudante dentro do ambiente, que é novo, e que precisa ser descoberto. As formas de interface têm que ser agradáveis visualmente, precisam ser atrativas e ao mesmo tempo práticas deixando o usuário relaxado para que possa explorar e encontrar suas respostas, atendendo suas necessidades na construção do conhecimento.

Dúvidas irão surgir e certamente os procedimentos de mediação com o tutor, ação característica da modalidade EAD. Com esta distância física o estudante tem que administrar seu tempo, de acordo com que consiga produzir o material de pesquisa, tornando-o bem objetivo. No mais esclarecemos que a produção textual precisa ter um conteúdo ímpar do estudante, então é fundamental o processo de pesquisa de conteúdos similares que possam atender as necessidades do projeto.

Consideramos que todo esse processo vem se modificando ao longo dos anos e que ainda continuará mudando até que consigamos atingir um equilíbrio entre tecnologia e EAD, isso será alcançado também por um fator em questão: As Mídias Sociais. Mas isso não quer dizer que este fator é o único existem uma gama deles, que não serão abordados neste tema. O fato é que a educação a Distância é tão eficaz quanto a presencial.

Acontece que estamos em uma fase de transformação e tudo que é novo de primeira assusta, provoca rejeição, o medo de vivenciar algo novo faz isso.

Então saímos de um ambiente educacional, no qual a informação passa do professor ao aluno de forma direta. Essa forma "tradicional de ensino" é bem rígida alguns profissionais relutam em conhecer a EAD e sua eficácia. Por exemplo alguns professores quando questionados sobre a EAD, respondem "Não vi e não gostei!" ou "Minha disciplina não pode ser ensinada pela educação a distância! ".

Consideramos que a grande maioria que é contra a EAD, toma essa posição sem ao menos conhecê-la, pois somente assim poderá identificar sua eficácia ou manter sua posição inicial.

Com o decorrer do tempo a aceitação da aprendizagem a distância vem crescendo exponencialmente.

> "Em abril de 2006, a Secretaria Estadual de Educação de um dos Estados norte-americanos mais populosos regulamentou a obrigatoriedade de todo aluno do ensino médio cursar pelo menos uma disciplina via internet antes de se formar". (LITTO, 2010)

É fato que esse perfil de estudante é muito mais independente e regrado já agora precisa ainda mais direcionar o seu tempo para o cumprimento das tarefas. O tutor também possui papel fundamental nesse processo, já que este vai ser o apoio incondicional do estudante.

Funciona da seguinte forma: O estudante prepara sua produção textual para a primeira tarefa e recebe o *feedback* do tutor e então decide se está pronto para enviar definitivamente para o portfólio ou se ainda precisa esclarecer algo mais. Esse processo ocorre em todo o curso e cada vez mais o estudante vai conseguindo se mais crítico de seu próprio trabalho, ele toma mais decisões e se torna mais autoconfiante.

Como forma de aprendizagem podemos destacar a "*online*", isto é, pela "World Wide Web" (chamada de web), possui diversos tipos de estruturas. Apesar de ser um

fenômeno relativamente recente, já que surgiu na década de 1990 e de forma muito rápida se expandiu, se tornou peça fundamental no setor de crescimento educacional.

Para efetuar qualquer tipo de curso *online,* é preciso que o veículo que oferece o produto possua uma gama de sistemas ligados diretamente ao setor de informática, fator este essencial para que o produto final tenha êxito.

Esse ambiente virtual proporciona ao estudante uma série de possibilidades de evoluir em seu curso, já que pode fazer sua pesquisa bem aprofundada em qualquer lugar do mundo sem sair de casa. Isso é fantástico, pois pode ir a bibliotecas virtuais em outros países buscando novas visões culturais que só enriquecem a produção textual em questão.

Outra questão importante também é principalmente poder atender diversos perfis de estudantes, cada um com suas necessidades particulares.

Outra forma de aprendizagem está ligada a um dos movimentos filosóficos mais importantes na EAD nas últimas décadas é a "aprendizagem aberta" *(open learning)* colocada na sociedade como um meio a mais de se obter conhecimento utilizando os meios já provenientes da estrutura curricular o estudante em questão. O diferencial é que não precisa ter alguns pré-requisitos acadêmicos necessários para aceitação em um programa convencional. Mas esse processo não foi bem aceito e nem inserido no Brasil devido aos preconceitos convencionais.

Além do óbvio que é não possuir despesas de viagem como, por exemplo: de transporte particular ou público, a EAD oferece outras vantagens para o estudante próprias ao estudo *online.*

Fator importantíssimo é o de não possuir horário fixo o que pode dar ao estudante a livre escolha de montar sua grade de estudos da maneira que melhor lhe atender.

É claro que se possui uma data de início de término, também possuírem prazos a serem respeitados, mas o decorrer do curso e montado pelo próprio aluno.

As novas oportunidades das "redes de relacionamento social via web", com seus *blogs, flash mobs, smart mobs e mashups,* são compatíveis com a participação em cursos *online. (*LITTO, 2010)

Com a internet em movimento constante, recebendo mais de sete milhões de novas páginas de informações e muitas delas sem equivalentes impressas, fazem com que o estudante que não estiver bem preparado com ferramentas de busca adequadas consiga incrivelmente não encontrar todo o conteúdo necessário para sua produção textual, já que a gama de opções é gigantesca. Isso faz o diferencial, é importante possuir uma boa base em ambientes *online* para frequentar um curso de EAD. Então de uma forma lógica acaba se fazendo uma seleção natural entre os indivíduos usuários dos produtos ligados a EAD.

Agora, um fator principal e determinante no sucesso de um curso a distância é o sei *design* pedagógico, que é tudo aquilo que está programado para que o estudante possa interagir no decorrer do curso: as atividades e os resultados esperando por quem elaborou o curso.

Existem dois grandes tipos de aplicações de avaliação:

- A formativa: feita quando o curso está em andamento, permitindo alterar o percurso originalmente planejado, tanto para o curso como um todo quando para o estudante individualmente.
- A somativa: realizada apenas no final do curso, quando estiver disponível toda a evidência a ser apreciada de aproveitamento da aprendizagem.

Existem pelo menos quatro tipos de avaliação de estudante, com suas vantagens e desvantagens:

- Autoavaliação: esta é importante, pois faz com que o estudante tenha noção de tudo que absorveu até o momento pelo curso e também do que não sabe.
- Avaliação por um tutor ou professor.
- Avaliação pelos pares (outros estudantes do curso): Aqui se aplica o uso de evidência e argumentos já que o aluno critica construtivamente os trabalhos de seus colegas.
- Avaliação computadorizada: Neste caso a produção textual do estudante é enviada para um computador programado para identificar o uso correto da terminologia que faz parte do curso, comparando a análise de cada um com um te3xto padrão, atribuindo uma nota indicativa ao trabalho. Muito

usado quando há grande número de estudantes no curso, mas a nota é apenas um item entre os vários que vão compor a avaliação.

Como saber distinguir um programa de estudos a distância sério de um que na boa reputação? É simples. Geralmente, uma instituição educacional que já exista há algum tempo, e que já possua boa reputação na oferta de cursos presenciais se torna muito mais segura que outra instituição que seja totalmente desconhecida.

Outra opção é fazer uma pesquisa entre pessoas de seu convívio e amigos, perguntando se algum deles já fez curso há distância na instituição que está oferecendo o curso em questão e se gostou da metodologia etc.

Entre esses critérios estão também à tradição da instituição educacional e as questões tecnológicas que vão fazer um grande diferencial na aplicabilidade do curso, já que para poder ter um bom desempenho o estudante precisa de um computador compatível com os softwares utilizados na plataforma e os meios oferecidos pela instituição também tem que ser de última geração assim atendendo as necessidades de ambos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ficar bem claro que a EAD não é para todos, é para aqueles estudantes que possuem o perfil de estar sempre adquirindo conhecimentos e habilidades novas, prontos a estudar com bastante independência, autonomia e pró-atividade e estejam maduros o suficiente para respeitar prazos de entrega de trabalhos e fazer sua composição de acordo com as instruções oferecidas pela instituição.

Consideramos que indivíduos que pensam que aprendizagem a distância é um caminho mais fácil para estudar estão completamente enganados. Mesmo que mais adaptável, flexível e conveniente, não é mais fácil, pois lança um desafio maior o que a aprendizagem presencial porque não vai acontecer de ter um professor lembrando o indivíduo de tarefas a serem cumpridas etc.

A EAD é para aqueles que realmente sabem o que querem e estão dispostas a se empenhar com inteligência e determinação para alcançar seu objetivo: adquirir um novo conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABMES. **Coronavírus e educação superior: o que pensam os alunos e como sua IES deve se preparar?** Disponível em: < https://abmes.org.br/eventos/detalhe/820/coronavirus-e-educacao-superior-o-que-pensam-os-alunos-e-como-sua-ies-deve-se-preparar- > Acesso em: 5 set. 2021.

ALMEIDA, Fernando. **Educação a Distância**. Projeto nave, 2002.

Azevedo, A. R. de, & Caseiro, L. C. Z. (2021). **A educação superior pública na modalidade a distância no Brasil: Desafios e possibilidades.** *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, *3*(4), 247- 284. https://doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4893.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância.** Editora Autores Associados, 2009.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** PEARSON, 2007.

LITTO, Frederic M. **Aprendizagem a Distância,** impressa oficial, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os grandes desafios da Educação no Contexto Atual**. Live realizada no dia 23 de abril de 2020. TV FONEC. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RA2s8qiwtDU. Acessada em: 29 de ago. de 2022

MAIA, Carmem. Guia Brasileiro de Educação a Distância. **Aprendendo com Ambientes Virtuais.** Pág 55 até a Pág 61, (Participação de Igor Revoredo Hosse, Izabella Saadi Cerutti e Maria da Graça Moreira da Silva). Editora esfera. 2002.

SILVEIRA, ISMAR FRANGO. **O Papel da Aprendizagem Ativa no Ensino Híbrido em um Mundo Pós- Pandemia: Reflexões e Perspectivas**. Revista Brasileira Aprendizagem Aberta. 2020; I: e 388.

SIGNORELLI REVISTA CIENTÍFICA INTERNACIONAL E, EAD. **Cenários: Imagens da Educação a Distância.** Pág. 9 até a Pág 20. Autor Luiz Annunziata Neto.Julho / 2010.

SIGNORELLI REVISTA CIENTÍFICA INTERNACIONAL E, EAD. **Perfil do Estudante de uma pós-graduação a distância na área de tecnologia.** Pág. 85 até a Pág 92. Autor Vladimir Leite Gonçalves. Julho / 2010.

VALENTE, José Armando, PRADO, Maria Elisabette B. Brito, DE ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida. **Educação a Distância Via Internet,** Formação de Educadores, 2009.

MEDIDAS PREVENTIVAS À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Prof. Esp. Luciana de Almeida Montagna

RESUMO

A violência doméstica contra a mulher representa, além dos aspectos políticos, culturais e jurídicos, um problema de saúde pública. A dinâmica da violência contra a mulher é extremamente complexa. Essa violência inclui atos que causem ou possam causar dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, incluindo ameaças, coerção e outras formas de liberdade. A violência torna-se ainda mais complexa quando os agressores são homens com os quais as mulheres se relacionam afetiva e sexualmente. Os autores, nestes casos, conhecem bem as vítimas e seus pontos mais vulneráveis, vindo a causar traumas físicos e mentais, o que leva muitas mulheres a procurar constantemente serviços de saúde, sociais e jurídicos, para tratar problemas desenvolvidos por conta dessa violência e busca de proteção. No âmbito jurídico, muito se discute quanto a rigidez das penas pertinentes a violência contra mulher haja vista a imposição duras penas impostas aos agressores e as raras possibilidades de seu cumprimento, senão pela forma da tão temida pena privativa de liberdade. Por outro lado, há também o discurso da necessidade de utilizar a lei como forte instrumento de política afirmativa a fim de combater o desequilíbrio social histórico entre homens e mulheres. A discussão encontra-se latente e possui inúmeros desdobramentos, em razão das conjecturas históricas, sociais. Dessa forma, o presente trabalho tem o cunho de analisar a efetividade das normas de combate à violência doméstica, bem como abordar as Políticas Públicas para enfrentamento da violência, que possam dar à vítima o devido atendimento e proteção, além do tratamento do próprio agressor, visando a redução dos elevados números de violência de gênero que vêm ocorrendo em todo o mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade de gênero. Violência contra a mulher. Combate à violência doméstica.

ABSTRACT

Domestic violence against women represents, in addition to political, cultural and legal aspects, a public health problem. The dynamics of violence against women are extremely complex. Such violence includes acts that cause or may cause physical, sexual or psychological harm or suffering to women, including threats, coercion and other forms of freedom. Violence becomes even more complex when perpetrators are men to whom women relate emotionally and sexually. The authors, in these cases, know the victims and their most vulnerable points well, causing physical and mental trauma, which leads many women to constantly seek health, social and legal services, to treat problems developed because of this violence and search. of protection. In the legal field, there is much discussion about the rigidity of the penalties pertinent to violence against women, given the harsh penalties imposed on the aggressors and the rare possibilities of their enforcement, if not for the form of the dreaded deprivation of liberty. On the other hand, there is also the discourse of the need to use the law as a strong instrument of affirmative policy in order to combat the historical social imbalance between men and women. The discussion is latent and has many consequences, due to the historical, social conjectures. Thus, the present work has the purpose of analyzing the effectiveness of the norms to combat domestic violence, as well as addressing the Public Policies to confront violence, which may give the victim due care and protection, in addition to treating the aggressor himself, aiming at reducing the high numbers of gender-based violence that are occurring worldwide.

KEYWORDS: *Gender equality. Violence against women. Fight against domestic violence.*

INTRODUÇÃO

Em 1988, o Brasil promulgou a Constituição da República Federativa, modificando importantes paradigmas. A nova ordem constitucional estabeleceu em seu artigo 5º que *"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, reconhecendo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição"*.

É cotidiano em nosso país noticias vinculada a violência contra as mulheres. Isso é resultado de uma cultura machista e discriminatória que se transformou em um ciclo de violência. Dentre as violências praticadas contra as mulheres destacam-se a doméstica e a familiar. A violência de gênero, por sua vez, pode ser entendida como aquelas ações ou circunstâncias em que o homem submete física e/ou emocionalmente, de forma visível ou não, uma mulher, sendo que essas práticas se inserem em um contexto social de opressão que se perpetua através dos tempos. As relações de gênero, assim, são também consideradas relações de poder.

No cenário atual, onde há um alarmante crescimento nos casos de violência doméstica, indaga-se sobre o papel do Estado em zelar, inclusive preventivamente, pela proteção dos indivíduos que em grande parte são mulheres violentadas no âmbito familiar. Essa esfera protetiva toma especial relevo quando se trata de definir o que se deve exigir do Estado para que proteja a mulher/vítima.

Tanto no âmbito nacional quanto no internacional o dever de proteção à vítima de violência se concretiza com a edição de normas. No âmbito internacional há um Sistema Especial de Proteção dos Direitos da Mulher que é composto por documentos internacionais destinados à proteção de novos direitos surgidos ou à proteção de determinados grupos de pessoas tidas como vulneráveis. No âmbito nacional, temos normas penais e/ou processuais penais, como a Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 denominada "Lei Maria da Penha", que teve seu processo legislativo positivamente destacado pelo amplo debate na esfera pública, impulsionado e acompanhado pela sociedade civil em todas as suas etapas. No ano de 2015, o marco legal sobre a violência de gênero foi ampliado no Brasil com a aprovação da Lei nº 13.104/2015,

que tipificou o feminicídio como qualificador do crime de homicídio. A iniciativa legislativa foi proposta pela Comissão parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher (CPMI), criada para investigar possíveis omissões do Estado frente à aplicação da Lei Maria da Penha.

Dentro dos limites constitucionais, a resposta punitiva não pode ser mais a única forma de tratar a violência doméstica e suas consequências. Desta forma, a punição não retira do Estado e da sociedade a obrigação de empenharem-se na busca de soluções relativas a situações de violência e de violações de direitos, ou de resolver conflitos e problemas sociais que necessitam de respostas justas e adequadas.

Assim, o presente artigo tem o cunho de analisar a efetividade das normas de combate à violência doméstica, bem como abordar as Políticas Públicas para enfrentamento da violência, que possam dar à vítima o devido atendimento e proteção, inclusive no campo da saúde da mulher, com medidas preventivas e tratamento necessário para recuperação da saúde física e emocional.

DA EQUIDADE DE GÊNERO

Primeiramente, é importante entender que Gênero se refere ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser homem ou ser mulher. Na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. As desigualdades de gênero tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras.

Assim, visando buscar a igualdade entre homens e mulheres, no Brasil a equidade de gênero passou a figurar no texto da Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental, sendo que outras legislações também contribuíram ao longo dos anos para reduzir desigualdades e discriminações entre homens e mulheres no país.

Contudo, apesar dessa previsão legal estabelecer preceitos fundamentais para garantir a igualdade de tratamento perante a lei, na vida cotidiana persistem inúmeros

obstáculos à realização dessas promessas legais, seja no mundo do trabalho, seja na esfera política ou privada.

Mulheres brasileiras, nos diferentes períodos da vida, sofrem a violência com base no gênero, em suas várias expressões, como restrições no campo da autonomia sexual, dificuldades de acesso à saúde sexual e reprodutiva, sobrecarga de responsabilidades, segregação ocupacional, discriminação salarial, baixa presença nos espaços de poder, má distribuição dos afazeres domésticos, dentre outros fatores.

Os dados estatísticos comprovam que aumentaram no Brasil famílias chefiadas por mulheres nos últimos anos. A mulher, chefe de família monoparental, tem poder e responsabilidade pela manutenção do grupo familiar, de onde podemos verificar que por um lado há uma autonomia no exercício desta função, porém que acarreta a sobrecarga dos trabalhos produtivo e reprodutivo.

Evidentemente que há diferenças marcantes nas experiências das mulheres chefes de família, no que tange às suas identidades de classe e raça, uma vez que entre as classes populares, de maioria negra, são as que mais se ocupam de inúmeras tarefas diárias, necessitando desenvolver atividades dentro de suas casas para a obtenção de renda, pois precisam também cuidar de seus filhos. Enquanto que a vida cotidiana das mulheres de classe média, de maioria branca, é facilitada na medida em que podem contar com a ajuda de empregadas domésticas e babás, o que demonstra um privilégio, tanto de classe, como de raça.

Historicamente, pode-se perceber que mulheres negras sempre exerceram diversas funções, e sempre trabalharam para a sua sobrevivência e de suas famílias, sendo um marco da escravatura, onde um grande número de mulheres negras enfrentavam desde o trabalho no campo até as atividades no âmbito doméstico e o cuidado com os filhos dos senhores de escravos, realizados através das figuras da escrava, da mucama e da ama de leite.

Assim, é possível perceber a importância das mulheres para o desenvolvimento econômico do país, sendo que essa atuação sempre esteve mais diretamente ligada aos grupos de mulheres pobres e marcadas racialmente, como está evidenciado na parcela de mulheres que atuam no emprego doméstico em todo o país, que sabemos que para a classe mais baixa, é a única forma de ingresso no mercado de trabalho.

Análises feitas apontam que investir na educação feminina tem como resultado menores índices de fecundidade, mortalidade infantil e materna. A mulher capacitada é fator favorável de aumento da força de trabalho e aquisição salarial.

Em muitos países, os homens têm nivelação maior de escolaridade do que as mulheres.

No Brasil contemporâneo, isso já não ocorre: nas últimas décadas, as mulheres têm apresentado maior média de anos de estudo, modificando um passado de muita exclusão. Mas esta conquista recente carrega um passado de grandes exclusões.

Analisando a origem dessa desigualdade, durante o Brasil imperial, as mulheres chegavam, no máximo, a completar o nível primário de educação. Antes disso, nem mesmo frequentavam escolas. A formação focava sempre o aprimoramento das funções de mãe e esposa. Estavam praticamente fechadas as portas de entrada à educação profissional ou ensino superior da mulher.

No final do século XIX, assistiu-se ao início de algumas mudanças, que foram se consolidar durante os 100 anos seguintes. As mulheres, avançando aos poucos sua média de anos de estudo, ultrapassaram os homens, conseguindo reverter ao seu favor.

Outra mudança importante foi a educação quanto a sua saúde, que fez com que a participação das mulheres tivesse uma maior autonomia sobre a fecundidade logo, realizando um planejamento da sua vida pessoal, familiar e profissional. Esta também garantiu que ela lutasse para seu acesso em diversos níveis de serviços sendo respeitados seus direitos e deveres como cidadã.

Podemos perceber que as mulheres estão avançando também no poder e que a partir da Constituição de 1998 há participação das mulheres na política representativa que, de acordo com a Lei 9.100/1995, art. 11, § 3º, 20% das vagas serão reservadas para as mulheres, ganhando a inserção de espaços da vida pública, já tendo como presidente uma mulher.

Enfim, muitas foram as mudanças e conquistas ao longo dos anos, que esperamos que avancem sempre rumo a concretização da igualdade prevista em nossa Constituição Federal.

EVOLUÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DA MULHER

A atenção à saúde da mulher no Brasil se tornou uma forte política de saúde devido ao aumento da população feminina brasileira, pois era visível até a década de 70 a abordagem a proteção da infância, porém que não evitava a mortalidade materna, sendo que as políticas de saúde existentes limitavam-se às questões relativas à gravidez e ao parto, demonstrando uma visão restrita sobre a mulher, baseada em sua especificidade biológica e no seu papel social de mãe e doméstica, responsável pela criação, pela educação e pelo cuidado com a saúde dos filhos e demais familiares.

Diante dessa visão restrita que havia sobre a mulher, movimentos feministas brasileiros, criticavam esses programas pela perspectiva reducionista com que tratavam a mulher, que tinha acesso a alguns cuidados de saúde no ciclo gravídico-puerperal, ficando sem assistência na maior parte de sua vida.

Assim, com forte atuação no campo da saúde, o movimento de mulheres contribuiu para introduzir na agenda política nacional, questões, até então, relegadas ao segundo plano, por serem consideradas restritas ao espaço e às relações privadas. Naquele momento tratava-se de revelar as desigualdades nas condições de vida e nas relações entre os homens e as mulheres, os problemas associados à sexualidade e à reprodução, as dificuldades relacionadas à anticoncepção e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a sobrecarga de trabalho das mulheres no ambiente doméstico.

O século XX, especialmente sua segunda metade, caracterizou-se por transformações econômicas, sociais e culturais que redefiniram o lugar do homem e da mulher nos espaços público e privado, de modo que houveram mudanças nos padrões de gênero e sexualidade.

Foi perceptível que, a partir da década de 80, houve um avanço da qualidade prestada à saúde da mulher devido a formulação da proposta que proporcionou a inclusão do serviço de contraceptivos, percebendo que a mulher era um sujeito em potencial no cuidado da saúde em todos os períodos da vida.

Nas Conferências Nacionais de Saúde e Direitos da Mulher, o movimento de mulheres em torno de 1986 e 1989 conseguiu ampliar o conceito de saúde e começou a promover saúde para as mulheres em todos os níveis.

Os temas como sexualidade, cidadania, aborto, trabalho, saúde e velhice foram debatidas como fundamentais e necessitando de avanços nos serviços prestados.

Em 1984, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), marcando, sobretudo, uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde das mulheres, sendo que o novo programa para a saúde da mulher incluía ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, englobando a assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, planejamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres.

Ao longo da história, é possível perceber que as mulheres organizadas reivindicaram sua condição de sujeitos de direito, com necessidades que extrapolam o momento da gestação e parto, demandando ações que lhes proporcionassem a melhoria das condições de saúde em todas os ciclos de vida. Ações que contemplassem as particularidades dos diferentes grupos populacionais, e as condições sociais, econômicas, culturais e afetivas, em que estivessem inseridos.

Assim, podemos perceber a importância da luta das mulheres que fizeram com que fosse proposto perspectiva de mudança das relações sociais entre homens e mulheres, com a elaboração, execução e avaliação das políticas de saúde da mulher.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA SAÚDE DA MULHER

O Ministério da Saúde pensando prover ações que visam a qualidade de vida das mulheres elaborou um documento denominado “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes”, que tem como característica implementar programas de saúde, garantir os direitos humanos e redução da mortalidade.

Esse documento foi criado em parceria com diversos setores da sociedade, em especial com o movimento de mulheres, o movimento negro e o de trabalhadoras rurais, sociedades científicas, pesquisadores e estudiosos da área, organizações não governamentais, gestores do SUS e agências de cooperação internacional.

Na busca de garantia ao direito da cidadania da mulher o referido documento aborda temas como a promoção da saúde da mulher, com enfoque na relação de desigualdade de gênero entre homens e mulheres, promoção da saúde, planejamento familiar, violência doméstica e sexual, combate ao aborto, direitos sexuais e reprodutivos, doenças ginecológicas e sexualmente transmissíveis, buscando também ampliar a garantia à saúde às mulheres com menos acesso às politicas públicas.

A qualidade de vida das mulheres relaciona-se diretamente com as questões psicológicas, sociais, biológicas, sexuais, ambientais e culturais. Logo, este tem o caráter de promoção da saúde, bem-estar e direitos humanos previstos em lei.

Segundo o documento sobre as Diretrizes e Princípios da Política Nacional de Atenção a Saúde da Mulher a humanização e a qualidade da atenção são atingidos quando praticadas ações como por exemplo acolhimento amigável em todos os níveis da assistência, buscando-se a orientação sobre os problemas apresentados e possíveis soluções; disponibilidade de recursos tecnológicos e uso apropriado, de acordo com os critérios de evidência científica e segurança da usuária; capacitação técnica dos profissionais de saúde e funcionários dos serviços envolvidos nas ações de saúde para uso da tecnologia adequada; acolhimento humanizado e práticas educativas voltadas à usuária e à comunidade, dentre outras.

Para a efetivação das políticas públicas em prol da saúde das mulheres, os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) devem ser orientados e capacitados para atender integralmente a mulher em todos os ciclos de vida que a mesma se encontrar, diferentes faixas etárias e grupos distintos como, negras, indígenas, homossexuais, de áreas urbanas e rurais.

Segundo o Ministério da Saúde, os objetivos são os de promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de

promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território brasileiro.

Outro objetivo que podemos citar é a contribuição para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais.

O Estimulo a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos e adolescentes, também é muito importante, inclusive incluindo a assistência à infertilidade; garantindo a oferta de métodos anticoncepcionais para a população em idade reprodutiva; estimular a participação e inclusão de homens e adolescentes nas ações de planejamento familiar, Promovendo a atenção obstétrica e neonatal, qualificada e humanizada, incluindo a assistência ao abortamento em condições inseguras.

Importante destacar que, para a articulação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher existem peculiaridades inerentes a cada esfera – Municipal, Estadual e do Distrito Federal levando-se em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento e de organização dos seus sistemas locais de saúde e tipos de gestão, respeitando à autonomia dos diversos parceiros – entes fundamentais para a concretização das políticas – enfatizando a importância do empoderamento das usuárias do SUS e sua participação nas instâncias de controle social.

CUIDADO COM A SAÚDE DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Conforme estudado ao longo da pesquisa, a violência doméstica se caracteriza como uma ofensa contra mulher, inserida em um ambiente doméstico, familiar ou de intimidade, com a finalidade precípua de diminuí-la, oprimindo direitos e garantias, valendo-se da hipossuficiência a ela atribuída.

A violência doméstica conduz as vítimas a uma situação de extrema vulnerabilidade, em virtude do medo da ocorrência de outras agressões, principalmente pelo fato de possuir vínculo afetivo e de convivência, e, ao contrário do que se espera, o próprio lar torna-se um ambiente de risco e opressão, sendo incontestáveis os efeitos negativos que a prática ocasiona na vítima, gerando-lhe imensuráveis prejuízos na saúde física e mental e qualidade de vida.

A violência conjugal e o estupro têm sido associados a maiores índices de suicídio, abuso de drogas e álcool e sofrimento psíquico em geral. Em relação à saúde reprodutiva, tem sido associada às dores pélvicas crônicas, às doenças sexualmente transmissíveis, como síndrome da imunodeficiência humana adquirida, gravidez não planejada, aborto espontâneo.

Em razão do expressivo número de ocorrências no país - isso sem mencionar os inúmeros casos que não são reportados - e os impactos sociais, econômicos e pessoais que provocam, a questão da violência doméstica configura-se, também, como um problema de saúde pública, com a estipulação de protocolos específicos nos atendimentos das vítimas.

O cotidiano nos revela, entretanto, que os cuidados e a atenção às mulheres vítimas de violência doméstica ocorrem, em grande parte dos municípios brasileiros, de maneira desagregada e desencontrada, pois ao procurar a devida assistência, as vítimas percorrem desnecessários caminhos, em decorrência da desarticulação existente nos serviços disponibilizados. Isso não bastasse, em determinadas situações, a abordagem da saúde é restrita apenas aos sintomas apresentados e, portanto, paliativa, em total desarticulação com os fatores biopsicossociais envolvidos.

Quando a vítima de violência procura uma unidade de saúde para atendimento emergencial, o profissional de enfermagem, em muitos casos é a primeira pessoa a ter contato com a vítima, devendo pautar seu atendimento com vistas a promover o acolhimento e segurança da mulher.

No Brasil, desde março de 2003 está em vigência a notificação compulsória de violência contra a mulher atendidas nos serviços de saúde público ou privado, determinada pela Lei nº 10.778, razão pela qual considera-se urgente a necessidade de capacitar e qualificar os profissionais de saúde para reconhecer os casos de violência e poder contribuir para melhor assistência.

Ademais, os profissionais de enfermagem – assim como os demais atores integrantes da rede de proteção – devem se destituir de qualquer resquício de pré-conceitos sociais e, com acolhimento, apoio e estabelecimento de vínculo, individual e institucional, de confiança, proceder à oitiva humanizada da vítima, no intuito de detectar a origem do problema, bem como a extensão e eventuais reiterações e, assim, determinar a abordagem adequada ao caso.

Além disso, devem estar capacitados para prestar as devidas orientações sobre o fato ocorrido, assim como conhecer e proceder aos pertinentes encaminhamentos existentes, como cuidados de enfermagem, atendimento médico, propor acompanhamento psicossocial, inclusive para o agressor, em caso de continuidade da relação, policial e jurídico, com encaminhamento às Delegacias Especializadas, Polícia Militar e Ministério Público, para registro e requerimento de medidas protetivas, como também fazer, em articulação com os demais órgãos, visitas domiciliares constantes para cuidar e acompanhar a família.

O reconhecimento da violência contra a mulher como uma questão de saúde pública, por seu impacto nos âmbitos biológicos, sociais e psicológicos, que requer acesso a um tipo complexo de atenção e de serviços de saúde, exige o tratamento da questão sob enfoques que extrapolam os recursos empregados pela área da saúde, requerendo a interseção da saúde com outras áreas do conhecimento humano.

Assim, os Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher, devem contar com equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais, enfermeiras e médicos capacitadas para atender os casos de violência doméstica contra a mulher.

DA HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

A assistência direta à mulher vitima de violência, primeiramente, necessita de uma prática denominada "acolhimento". O acolhimento é incentivado e enfatizado nas políticas e manuais destinados à atenção à saúde da população feminina publicados pelo Ministério da Saúde.

O acolhimento, na prática cotidiana dos serviços, se expressa na relação estabelecida entre os trabalhadores e as trabalhadoras de saúde com as usuárias por meio de atitudes como: a profissional se apresentar, chamar as usuárias pelo nome, informar as condutas e os procedimentos que serão realizados e adotados, escutar e valorizar o que é dito por elas, garantir a privacidade e a confidencialidade, dentre outros. Não consiste em uma etapa do processo, mas em uma ação que deve ocorrer em todos os locais e momentos da atenção à saúde.

A mulher, após ser vítima de violência, prescinde não só de cuidado com a saúde física, mas principalmente de acompanhamento psicológico, pois o ciclo da violência doméstica se desenvolve por meio de uma série de atitudes do agressor que enfraquecem a vítima. Ataques pessoais e às relações que ela mantém são os mais comuns. Para que a vítima tenha condições de quebrar esse ciclo e sair, ela precisa fortalecer sua autoestima e sua capacidade de tomar decisões.

Uma ação governamental nesse sentido foi a criação da Política Nacional de Humanização no ano de 2003 para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários

O sentido de humanização proposto pela PNH é o da valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde, valorização entendida como fomento da autonomia, protagonismo e corresponsabilidade entre os sujeitos da saúde. Ao mesmo tempo, assume-se implicitamente o estabelecimento de vínculos solidários, de participação coletiva no processo de gestão, no mapeamento, e interação com as demandas sociais, coletivas e subjetivas de saúde, bem como a defesa de um SUS que reconhece a diversidade, sem quaisquer tipos de distinção.

Assim, humanizar significa incluir as diferenças nos processos de gestão e de cuidado, construindo, de modo coletivo e compartilhado, novos modos de cuidar e novas formas de organizar o trabalho.

E como seria essa forma de incluir? A Política Nacional de Humanização propôs ações pautadas no diálogo, nas rodas de conversa, no incentivo a redes e movimentos sociais e na gestão dos conflitos gerados pela inclusão das diferenças.

Esse sentido de valorização dos sujeitos configura-se como um dos eixos fundamentais para o debate sobre políticas públicas voltadas a situações de violência, pois se colocam em foco os valores que balizam o olhar sobre a realidade das relações violentas e os princípios que sustentam as escolhas políticas e a estruturação das práticas de saúde no enfrentamento dessa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, percebeu-se que a cultura da diferença de gênero é um fator que gera a violência doméstica, que pode ocorrer de várias formas, seja pela agressão física, moral, psicológica, financeira, que mostrando-se crescente e assustadora mesmo diante dos esforços do Estado e da sociedade organizada no seu combate.

A violência de gênero e violência doméstica são coisas distintas, já que a primeira apontaria a mulher como objeto da violência, e a segunda, a família. Não obstante, ressalta-se que a igualdade existente no texto constitucional não é uma igualdade formal, mas substancial, que exige esse reconhecimento da perspectiva de gênero. Como as demais violências, representa uma relação de poder com fins de dominação, exploração e opressão, que se repetem com os mesmos atores, não possuindo o direito positivado a capacidade de solucionar tal problemática, senão minimizá-lo.

Esta pesquisa se propôs a um estudo sobre a eficácia das normas protetivas à mulher vítima de violência, notadamente aos cuidados com a saúde física e emocional, fortalecimento da mulher no mercado de trabalho, que é uma responsabilidade do Estado através da criação de Políticas Públicas, constatando-se que o enfrentamento real dessa violência não se dará por lei opressiva e sim pela educação, por uma atuação interinstitucional, tendo em vista a complexidade do problema.

As mulheres têm ganhado voz no mercado de trabalho, apesar de ainda enfrentarem muitos problemas. Sabemos que ainda existe muito a melhorar para que as mulheres sejam ainda mais valorizadas e a desigualdade de gênero diminua, proporcionando ainda mais espaços nas empresas para cargos de liderança feminina.

Porém, entender a participação das mulheres no mercado vai além da equidade, é algo fundamental para o desenvolvimento da sociedade e a expansão da economia mundial, e, não por menos, tem sido tema entre grandes potências que já entendem que, para que as metas sejam alcançadas, é preciso investir em educação e na qualificação das mulheres para que elas possam conquistar ainda mais espaço.

Levando em consideração que as históricas desigualdades de poder entre homens e mulheres implicam num forte impacto nas condições de saúde das mulheres, as questões de gênero devem ser consideradas como um dos fatores determinantes na formulação das políticas públicas, sendo imprescindível para a análise do perfil epidemiológico e no planejamento de ações de saúde, a observância dessa questão, para que se busque promover a melhoria das condições de vida, a igualdade e os direitos de cidadania da mulher.

É importante que os serviços de saúde promovam grupos educativos com espaços de escuta qualificada que esclareçam as dúvidas das mulheres. Os temas devem ser sugeridos pelas próprias usuárias para alimentar as discussões em grupo sob a coordenação de profissionais sensibilizadas e qualificadas para essa ação. O compartilhamento de experiências possibilita a construção de saberes e oportuniza a expressão de sentimentos e sensações muitas vezes não elaborados conscientemente.

Assim, pode-se perceber que as atividades educativas extrapolam a promoção da saúde e a prevenção de doenças que possam ser desenvolvidos pelas usuárias, tendo grande impacto na autovalorização e fortalecendo a autoestima da mulher, que será capaz de reagir e tomar medidas contra a violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto, Código Penal Comentado, Editora Saraiva, 9° Edição, 2015.

BRASIL. Código Penal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em 13 mar. 2019

BRASIL. Código de Processo Penal. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm> Acesso em 13 mar. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 13 mar. 2019.

BRASIL. Lei 11. 340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 13 mar. 2019.

BRASIL. Lei 13.641 de 03 de abril de 2018. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Disponível em: <**http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm#art2**> Acesso em 13 de mar. 2019

CAPEZ, Fernando, Curso de Direito Penal – Parte Especial LIV DIG, Editora Saraiva, 17° Edição, 2017.

JESUS, Damazio, Código Penal Anotado, Editora Saraiva, 23° Edição, 2016.

MÉRITI DE SOUZA, Francisco M.M. Martins, José Newton Garcia de Araújo Dimensões da Violência, Conhecimento, Subjetividade e Sofrimento Psíquico, Casa do Psicólogo, 2011.

MUSZKAT, Malvina, Violência Familiar, Editora Blucher, 1ª Edição, 2016.

STECANELA, Nilda, Mulheres e narrativas identitárias: mapas de trânsito da violência conjugal, Educs, 2011.

O USO DA PSICOLOGIA COMO INSTRUMENTO FACILITADOR NA IMPLANTAÇÃO DE CONTROLE GERENCIAL: UMA ABORDAGEM DA TEORIA INSTITUCIONAL

Prof. Elisabete S. M. Lehnemann

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof. Esp. José Ricardo de Amorim

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

RESUMO

Sem dúvida alguma, o fator humano é a questão principal em qualquer organização. Uma instituição é formada por seres humanos. São eles que configuram uma organização e o jeito como ela se apresenta no mercado e na sociedade. Na verdade, uma instituição é composta por indivíduos com suas manias, crises, acertos, erros, vontades, desejos, interesses próprios etc.

Por outro lado, uma organização, a fim de se manter no mercado e ser sustentável, precisa de controles gerenciais. Eles são fundamentais para que uma organização possa atingir o máximo de seu desempenho. Esse é um desafio que as empresas vivem em meio a crises constantes.

Alinhar a psicologia, como ferramenta fundamental, para ajudar os seres humanos que formam uma organização a atingirem os resultados máximos, é uma decisão gerencial facilitadora de implantação de controle gerencial. Mudanças são processos e não eventos. Empregados, em sua maioria, veem mudanças como ameaças a seus empregos. Agir no psicológico de cada um, além de fazê-los entender que é saudável uma mudança, faz com que a organização atinja, em menos tempo possível, os controles gerenciais necessários e desejados para o sucesso de qualquer organização.

Essa pesquisa visa identificar o papel da psicologia como agente facilitadora na implantação de controles gerenciais com foco na Teoria Institucional.

PALAVRAS CHAVES: Teoria Institucional, Controle Gerencial, Psicologia

ABSTRACT

Undoubtedly, the human factor is the main issue in any organization. An institution is made up of human beings. They are the ones who configure an organization and the way it presents itself in the market and in society. In fact, an institution is composed of individuals with their quirks, crises, successes, mistakes, wishes, desires, self-interests, etc.

On the other hand, an organization, in order to remain in the market and be sustainable, needs management controls. They are essential for an organization to achieve its maximum performance. This is a challenge that companies face in the midst of constant crises.

Aligning psychology, as a fundamental tool, to help the human beings that form an organization to achieve maximum results, is a managerial decision that facilitates the implementation of managerial control. Changes are processes, not events. Employees, for the most part, see change as a threat to their jobs. Acting on the psychological aspect of each one, in addition to making them understand that a change is healthy, makes the organization achieve, in the shortest possible time, the necessary and desired management controls for the success of any organization.

This research aims to identify the role of psychology as a facilitating agent in the implementation of managerial controls with a focus on Institutional Theory

KEYWORDS: Institutional Theory, Management Control, Psychology

OBJETIVO

O objetivo deste artigo é identificar como a psicologia pode atuar, com uso de suas ferramentas, no fator humano das organizações. A psicologia tem um papel tático e essencial no processo de mudanças organizacionais. Por outro lado, como a Teoria Institucional pode ser melhor absorvida pelos colaboradores com o apoio de um profissional de psicologia.

Entender a influência que o Sistema de Controle Gerencial (SCG) exerce nos funcionários é de suma importância para que uma empresa consiga alcançar seus objetivos. (Marcelino *et al*, 2019).

Entender o ser humano com suas barreiras imaginárias, seus medos infundados e suas crises desnecessárias usadas como fatores impeditivos de melhoria institucional e profissional, são os pontos a serem observados.

Basicamente, a delimitação desse artigo é fazer uma pesquisa bibliográfica sobre a atuação da psicologia e suas ferramentas tais como; testes psicólogos, dinâmicas de grupos e entrevistas, para a implantação de SCG baseado na Teoria Institucional. Paralelamente, objetivamos apontar fatos novos não mencionados nas literaturas pesquisadas de ações que podem ser usadas.

TEORIA INSTITUCIONAL

"O conceito de instituição vem sendo empregado há anos em estudos sociológicos e organizacionais". Entretanto, continua a ser um dos conceitos mais controversos em termos de concepção teórica e de aplicação prática. (PERI, 2005). É nesse ambiente, cercado de seres humanos, responsáveis pela configuração de uma instituição, que surgem conflitos entre pessoas, entre equipes e conflitos individualizados. O mundo passa por mudanças em todo o tempo, mas nem todos os profissionais são sensíveis às mudanças e, quando se trata do ambiente de trabalho, alguns se sentem ameaçados. É mister salientar que controles gerenciais não são ameaças, mas sim representam ferramentas capazes de melhorar ainda mais o trabalho de cada colaborador e da instituição em que está inserido.

A percepção de que as empresas precisam de ferramentas modernas de gestão, com vistas à compreensão do comportamento do ambiente, da sociedade e dos sujeitos atores internos nas corporações, seja por meio da contabilidade gerencial, seja por meio do planejamento estratégico da organização, já é uma realidade no cenário atual. (Nascimento, 2010).

Já existem fartos estudos sobre a Teoria Institucional. Uma das grandes vantagens dessa teoria é que “fornece uma visão rica e complexa das organizações”. Nessa teoria, as organizações são influenciadas por pressões normativas, às vezes provenientes de fontes externas, tais como o Estado, outras vezes decorrentes de dentro da própria organização. Sob certas condições, essas pressões levam a organização a ser orientada por elementos legitimados por procedimentos operacionais padrão, para a certificação profissional e a exigência, que muitas vezes têm o efeito de direcionar a atenção de desempenho da tarefa. (Zucker, 1987, p. 443-464).

A teoria institucional tem sido usada como pano de fundo em diversos trabalhos de diferentes áreas, como economia, sociologia, ciência política, administração e contabilidade, que buscam entendimentos da realidade social dentro de sistemas como organização, família e governo. Estudos apontam que esse despertar pela teoria institucional tem como base os anos 1980. (Nascimento *et al*, 2010)

A teoria institucional procura explicar a estrutura e o funcionamento das organizações como uma realidade socialmente construída. Sob esse prisma, elas são vistas como um ente que atua em função de regras, procedimentos, crenças e valores predominantes em determinado contexto. (Dias Filho, 2003, p. 95)

Segundo a Teoria Institucional, as empresas tendem a ser parecidas umas com as outras e quando isso ocorre, é chamado de isomorfismo. Mas por que elas fazem isso? Para que adotam essas premissas? Fazem assim para obter maior visibilidade, competitividade, legitimidade tornando-se adequadas com as outras no mercado. Existem três tipos de isomorfismo institucional. São eles: coercitivo, mimético e o normativo.

O isomorfismo coercitivo é a pressão exercida sobre as organizações a fim de adotarem estruturas, técnicas ou procedimentos já utilizados em outras instituições. Como exemplo, se uma empresa brasileira quiser abrir uma filial nos EUA, deverá

adotar padrões americanos para funcionar naquele país ou adaptar-se a uma nova lei local.

O isomorfismo mimético é usualmente caracterizado e presente em um ambiente onde há incertezas e onde há objetivos ainda não definidos gerando buscar imitar modelos já consagrados e que deram certo. Basicamente é copiar um modelo já implantado e que já esteja em uso ou um processo de sucesso e que se tornou público e que muitos imitam.

Por último, o isomorfismo normativo é quando as organizações mudam para atender padrões e práticas mais modernas, mais práticas com menos custos. Um exemplo clássico, é o uso do *compliance* (programa de integridade) aplicado e cada vez mais exigido nas empresas hoje.

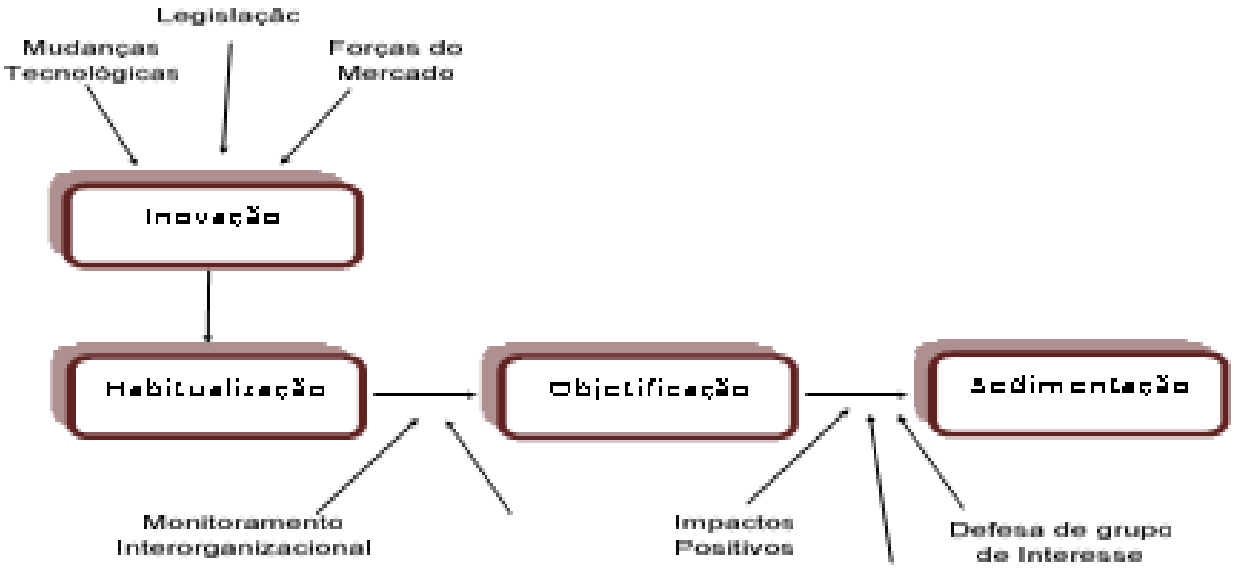
De uma forma geral "a teoria institucional procura explicar a estrutura e o funcionamento das organizações como uma realidade socialmente construída. Sob esse prisma, elas são vistas como um ente que atua em função de regras, procedimentos, crenças e valores predominantes em determinado contexto" (Nascimento *et al* 2010).

Caldas, Fachin e Fischer (2007, p. 218), ao entenderem os estudos correlacionados à temática, de Tolbert e Zucker (1998), sobre a teoria institucional, concluem que:

> "[...] o uso da teoria institucional é para o entendimento de mudanças nos arranjos estruturais das organizações. Para tanto, dirigem o foco para uma forma específica de organização, a empresa.
> [...] deve-se entender que a teoria institucional não é um conjunto de proposições que vise especificamente à análise organizacional; pelo menos, a ela não se restringe.
> [...] constitui o resultado da convergência de influências de corpos teóricos originários principalmente da ciência política, da sociologia, da economia que buscam incorporar em suas proposições a ideia de instituições e de padrões de comportamento, de normas e de valores, de crenças e de pressupostos, nos quais encontram-se imersos indivíduos, grupos e organizações."

Segundo Nascimento *et al* (2010), existem dois tipos de mudanças em uma organização: o interno e o outro a mudança de valores ou estruturas que são aquelas que dão características a uma organização. Segundo ainda Nascimento *et al* (2010) existe uma forma de se promover uma inclusão de um SCG (Sistema de Controle Gerencial) usando a Teoria Institucional envolvendo os colaboradores de forma ativa como agentes principais nesse processo de mudança organizacional. Quando, em um processo de mudança, se oferece incentivos e oportunidades, o processo se torna mais fácil e ágil atingindo os resultados esperados pela alta administração.

Figura 1: Descrição dos processos de mudanças dentro de uma organização com os agentes ativos e os pontos críticos de cada processo:



Fonte: Caldas, Fachin e Fischer (2007, p. 205)

REFERENCIAL TEÓRICO

Smith (1999, p. 263) chama a atenção para o caráter dos indivíduos, ponderando que “quando consideramos o caráter de um indivíduo qualquer, naturalmente vemo-lo sob dois aspectos diferentes: primeiro como pode afetar sua própria felicidade; e, segundo, como pode afetar a felicidade de outras pessoas”.

A Teoria Institucional tem ganhado forma ultimamente, ao passo qe foi definida assim por Quinello (2007, p. 61) analisando os trabalhos de Hall e Taylor, diz que “os teóricos institucionais definem instituição como sendo: os próprios protocolos,

procedimentos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes às organizações da comunidade política ou da economia política".

Meyer e Rowan (1977 e 1991) e Scott (2001) salientam que:

As organizações só poderão sobreviver e ser bem sucedida se acatar e evidenciar perante o meio organizacional em que está inserida, práticas, estruturas e sistemas que sejam aceitos como legítimos. Essas práticas e estruturas entendidas como válidas e adequadas representam 'instituições'. Essas são para a NIS, constituídas de estruturas cognitivas, normativas e regulatórias. Essas conferem estabilidade e significado ao comportamento social e que se adotadas pelas organizações as tornam socialmente legítimas.

Se as organizações pretendem adquirir legitimidade no meio em que operam, necessitam de adotar posições, políticas, programas e procedimentos que são entendidos como apropriados, racionais e corretos, e que como tal incorporam mitos:

Em 1º. Lugar - os mitos são prescrições impessoais e racionais.

Em 2º. Lugar - expressam valores que são aceitos como legítimos e que, como tal, com o passar do tempo se institucionalizam como a forma apropriada de fazer as coisas.

Cabe ressaltar que Anthony (1965) propõe que sistemas de controle gerencial sejam os procedimentos administrativos que fazem convergir elaboração de estratégias e mensuração de desempenho.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Analisando as bibliografias, é unanime a constatação de que "a função do psicólogo como um cargo estratégico para as organizações, procurando destacar quais são suas maiores dificuldades e a importância deste profissional dentro das empresas" é fundamental. (Pereira, 2014).

Mudanças, como já exposto, são processos e não eventos. A sociedade atual, que detem todos os tipos de conhecimento na mão e que vive sobre mudanças constantes, não está preparada para elas. O fato é que "Em toda a história da

humanidade as mudanças aconteceram, mas nunca provocaram um impacto tão profundo como nos dias atuais". (Viscaino, 2011, p.2).

Nesse processo todo, um dos grandes desafios dentro das organizações, é sem dívida o fator humano. Entender a psique do ser humano e usá-la ao favor das empresas, é a grande chave de alavancagem dos resultados. Por isso, nos últimos anos o setor de RH obteve importancia enorme dentro das organizações que buscam, cada vez mais, precionadas pelos agentes externos, de implantar controles gerencias cada vez mais eficaz. Por isso, Da Rocha-Pinto (2015) ressalta que a área de gestão de pessoas está diante de um grande desafio. Este desafio faz parte da necessidade de incorporar a dimensão estratégica à gestão de pessoas. Conforme este mesmo autor, em vez de se reduzir a um departamento, a gestão de pessoas há de ser considerada uma prática que requer a atenção plena em todas as áreas da organização.

Tanto é que Tachizawa (2015) ressalta a importancia do elemento humano como o primordial para o sucesso de uma organização:

Entendemos que as pessoas que trabalham nas organizações são, na verdade, muito mais do que simples recursos, pois delas dependem os resultados das organizações. Se, por um lado, são rotulados como empregados por força da legislação trabalhista, por outro, são efetivos colaboradores que nos atuam diferentes níveis do processo decisório. A organização que pretende alcançar a excelência deve estabelecer estratégias de gestão de pessoas visando à obtenção de um clima de trabalho propício ao alto desempenho empresarial (Tachizawa, 2015, p.4-5).

Diante das mudanças significativas e impactantes vividas pela sociedade atual, a atuação de profissionais de psicologia dentro das organizações, é um diferencial nesse processo e de fundamental importancia no obetivo das organizações que é, sem dúvida, a geração de valores à sociedade bem como tornar-se competitiva cada vez mais. Ter uma atuação de profissionais da psicologia dentro de uma organização, ajudando os colaboradores no processo de mundanças constantes, é uma questão de estratégia organizacional na implantação de Sistemas de Controle Gerencial.

Diversas são as áreas de atuação de um psicólogo dentro de uma organização. A Psicologia Organizacional é uma das áreas que se insere no campo relativo ao trabalho e tem estreito vínculo com as atividades administrativas, focado no labor do colaborador e voltado para a alta administração. Essa área é voltada para apresentar resultados que visem maximizar os resultados esperados. Dentre as atividades do psicólogo organizacional, Zanelli (2002) cita:

Estão colocadas entre as atividades do psicólogo, estabelecidas na Lei 4.119, art.13 §1º: realização de diagnóstico psicológico, orientação e mensuração psicológica para processos de seleção profissional, orientação psicopedagógica e soluções de problemas de ajustamento. O que orienta a definição das atividades que o psicólogo pode exercer em organizações, fica claro, é a seleção de pessoal ou o uso de instrumentos psicológicos para avaliar o ajuste do indivíduo ao cargo. Se essa ideia já estava defasada à época da regulamentação, hoje mostra-se em completa obsolência. A circunscrição tradicional da área, além de firmar a imagem do profissional restrito no nível do indivíduo, não comporta a gama de atividades que o psicólogo poderia desenvolver nas organizações. Não se tem a intenção de passar uma ideia da prática rigidamente conformada pela lei (Zanelli, 2002, p.30).

Outra área de atuação do profissional de psicologia é como Gestor de Recursos Humanos (RH). Aliás, essa é uma área que deveria ser ocupada somente por profissionais de psicologia. Para Marcondes *et. al* (2013) numa conjuntura de complexidade e diversidade de fatores presentes nos contextos produtivos e contemporâneos, a gestão de pessoas se constitui, como componente essencial da busca pelo bem-estar, justiça organizacional e qualidade de vida dos trabalhadores. O exercício dessa atividade/atuação, requer intervenção de profissionais muito bem preparados e que reconheçam o entrelaçamento de todas essas dimensões pois o ser humano é um ser social e precisa viver em sociedade.

Exatamente como disse Campos *et. al* (2011) “o papel do psicólogo dentro das organizações é atuar como facilitador e conscientizador do papel dos vários grupos que compõem a instituição, considerando a saúde e a subjetividade dos indivíduos, a dinâmica da empresa e a sua inserção no contexto mais amplo da organização”.

Outra área de atuação desses profissionais é de multiplicador de talentos nas organizações. Descobrir, cuidar, desenvolver e gerir talentos no corpo de colaboradores é uma das tarefas sublimes dos profissioanais da psicologia e de fundamental importancia pois traz a coincientização de que a implantação de Sistema de Controles Gerenciais (SCG)

Segundo Ivancevich (2008, p.49), “o setor de RH deve oferecer contribuições diárias à empresa. Portanto, os programas de gestão RH devem ser abrangentes, adaptados a cultura da organização e atentos às necessidades dos empregados”. Esse mesmo fala autor relata a necessidade de ações criativas para aliar a estratégia geral da empresa aos talentos.

Zanelli (2002) expressa que ensinar às pessoas processos de atualização permanente de aprendizagem pode contribuir para uma organização que deseja adpatar-se às mudanças contínuas e para que as pessoas possam permanecer nas organizações.

Outra atuação dos profissionais da psicologia, é a captação de potenciais talentos para a organização. Contratar pessoas não é uma tarefa fácil e deve ser feita, antes de tudo com aval de um psicologo. Uma boa avaliação prévia, de acordo com psicológo, não quer dizer, necessariamente, que a organização escolheu o melhor funcionário para o cargo cuja vaga está em aberto.

Existem diversas fontes de recrutamento e Taylor (1990) percebeu, por exemplo, que a assiduidade e o desempenho dos novos contratados dependiam de suas fontes de origem. Em seus estudos, os candidatos indicados pelos funcionários eram mais assíduos do que aqueles indicados de outras fontes. Constatou que seus resultados eram de alguma maneira, diferentes dos obtidos em estudos anteriores. Portanto, embora possa haver diferenças nos tipos de pessoas contratadas das várias fontes, nenhuma fonte é superior às outras em todas as situações.

A outra função do psicologo dentro da organização é o de motivador das pessoas para o trabalho. Nessa área, o profissional usa técnicas capazes de mudar comportamentos agindo diretamente no foco da motivação. Para Ivancevich (2008, p.56) a “motivação no trabalho refere-se às atitudes que canalizam o comportamento de uma pessoa em direção ao trabalho”. Colaboradores motivados motivam outros. Todos motivados geram ações capazes de satisfazer a si próprios e, com isso,

trazendo benefícios concretos para a empresa. Tanto é que Spector (2006, p.198) disse que “a motivação é geralmente descrita como um estado interior que induz uma pessoa a assumir determinados tipos de comportamento”. As empresas têm consciêcia desse fato tanto é que Ivancevich (2008) definiu que a “motivação é um conjunto de atitudes que predispõe uma pessoa a agir em direção a uma meta específica”.

FERRAMENTAS PSICOLÓGICAS UTILIZADAS

Em uma sociedade marcada pela mudança constante, o ser humano se viu assombrado com a quantidade e como a velocidade em que as mudanças trafegam pelas familias, pela sociedde e pelas organizações. Por mais que sejamos cientes dessas mudanças, o ser humano não está preparado para o tamanho das mundanças em que passa o mundo. Alguns são mais adpetos e encaram como um fator benéfico para a sociedade. Outros, porém, não conseguem acompanhar esse ritmo de mudanças ocorridas em suas vidas e nas empresas nas quais trabalham. Assim como o ser humano muda, a sociedade muda forçando as empresas a mudarem seus processos, seus produtos, sua governança, suas regras.

Sendo assim, percebe-se que os psicólogos nas organizações são importantes para auxiliar as pessoas a se adaptarem à mudança, promovendo comportamentos adequados, de forma a prepará-las para lidar com a imprevisibilidade dos dias atuais. Neste sentido, o psicólogo organizacional atua como um elemento integrador ao nível da multidisciplinaridade na empresa e complementa o trabalho em equipe com todos os outros profissionais para alcançar o resultado esperado por toda empresa. Nathália *et al* (2010).

Mas qual a real relação entre a psicologia e os Sistemas de Controles Gerenciais? As pesquisas em contabilidade gerencial com base na psicologia têm sido estudadas há pelo menos 50 anos com diferentes bases teóricas, mas cujas temáticas tendem a ser recorrentes sem que as teorias sejam excludentes: efeitos motivacionais pela adoção de práticas contábeis, especialmente sistemas de metas e influência de práticas de contabilidade gerencial nos processos de decisão, o que inclui estudos sobre heurística e modelos mentais (Birnberg, Luft, & Shields, 2007).

Umas das ações promovidas pela psicologia usadas no sucesso da implantação de um SCG é a recompensa de seus atores. Pessoas precisam ser motivadas a alcançar resultados. Esses resultados, que beneficiam organizações, precisam tambem ser alcançados pelos agentes que o proporcionaram.

No trabalho em que os autores propõem um modelo para abordagens multidisciplinares, os sistemas de controle gerencial são concebidos como uma sequência de planejamento, mensuração de resultados, e avaliação e recompensa, onde processos de feedback tem o papel de alinhar os comportamentos e resultados ao que se define no planejamento, ou readequar este às condições realistas de trabalho. É, pela definição, o procedimento administrativo que se encarrega da emissão de mensagens e de onde derivam muitos dos sinais sociais. Canan *et al* (2015)

A psicologia trabalha nas crenças e valores de cada ator que são os agentes principais para o sucesso de um SCG. O profissional, ao identicar entraves nesse processo, pode identicar claramente se essas crenças são limitantes e, com ajuda do ator, as desfazer.

> "(...) o controle gerencial é constituído por um pacote, onde os controles cibernéticos agem em combinação com controles culturais (como crenças, valores e símbolos), controles administrativos (como estrutura de governança, estrutura organizacional e políticas e procedimentos), além do planejamento e da avaliação e recompensa." (Malmi & Brown, 2008)

Uma ferramenta bastante eficaz é a psicologia trabalhar com a cabeça do chefe do setor. Atuando de cima para baixo, resultados tendem a aparecer com melhoria nos processos. Líderes devem, antes de tudo, serem agentes motivadores de resultados. Um líder não motivado terá liderados não motivados

Para Anthony & Gonvidarajan (2008), ao se buscar o controle sobre os centros de responsabilidade, controlam-se objetivamente os fatores críticos e busca-se o controle dos objetivos estratégicos através dos chefes dos centros de responsabilidade, os quais coordenam os membros da organização sob suas ordens.

Palavras positivas e de encorajamento devem ser ditas em uma organização para motivação dos atores na busca, não só da implantação do SCG, mas tambem como ferramenta de sucesso desses controles.

Rousseau (1995) alega que são vários os agentes ou instrumentos da organização (makers) que emitem mensagens e sinais em uma organização, a iniciar-se por quem contrata, e incluindo gestores, documentos da empresa e até colegas de trabalho.

Alem do exposto acima, está a questão das origens dessas mensagens quanto as questões de da formalidade/informalidade dos sistemas de controle gerencial.

Simons (1995) defende que apesar das organizações lidarem com os processos decisórios de seus membros, e da própria sociedade desenvolver mecanismos (cultura, religião, etc) que auxiliam a influencia-los para desenvolver congruência com os objetivos organizacionais, a implementação das estratégias de negócios requerem que haja mensagens formais sobre as crenças (reforçando os valores que devem influenciar processos decisoriais), assim como sistemas formais de limitação das decisões (como forma de evitar riscos)

Quanto ao ambiente laboral, onde os processos são executados e onde os atores são os reais responsáveis pela implantação de um SCG, Conan *et al* (2015) chegou a duas conclusões referentes a essa ação de encajamento dos agentes:

> (...) Quanto maior a percepção de cobrança, maior é o compromisso assumido para com os parâmetros comportamentais.
>
> “( ) Quanto maior for a percepção de que os parâmetros comportamentais são assuntos sobre os quais há interação, maior é o compromisso assumido para com os mesmos parâmetros.
>
> ( ) Quanto maior for a percepção do contrato psicológico, maior é o compromisso assumido para com os parâmetros comportamentais.
>
> ( ) Quanto maior for a percepção do cumprimento do contrato psicológico, maior é o compromisso assumido para com os parâmetros comportamentais.”

CONCLUSÃO

O papel dos psicólogos nas organizações precisou adpatar-se muito com o passar dos anos. Diante de tais mudanças, a necessidade de modificar a forma de ação do profissional, principalmente aquele que atua no RH. Essa nova realidade do profissional de psicologia passa a ser mais criativo, inovador e focado na gestão estratégica de pessoas e aos resultados esperados pelas empresas. O maior desafio é fazer com que os atores tenham uma compreenção de auto-responsabilidade, colaboração mútua, de entendimento que todos são responsavés na condução de melhores resultados em uma organização e, consequentemente, para suas vidas. O psicólogo tornou-se então um grande e essencial facilitador nas empresas com emprego de suas ferramentas únicas como testes psicológicos, entrevistas individuais, dinâmicas de grupos entre outras e essas se mostraram aliadas na psiquê dos colaboradores facilitando assim a implantação eficaz de um sistema de controle gerencial.

O profissional de psicologia, alem ser peça fundamental, deve empregar seus conhecimentos e técnicas como diferenciais competitivos e de meios pelos quais se mostraram eficientes no auxilio das mudanças no ambiente laboral que passou a adotar um Sistema de Controle Gerencial. Suas atividades requer, cada vez mais, uma visão do conjunto da organização e do ambiente onde prestará seus serviços bem como, constatado nessa pesquisa, o meio pelo qual visa facilitar e preparar as pessoas a adaptar-se a uma nova realidade com novas rotinas. O profissional deve estar presente a fim de mostrar que uma mudança, alem de tirar pessoas de uma zona de conforto, sempre é benéfica para todos os colaboradores.

Por fim, concluímos, que nas pesquisas bibliográficas usadas, baseadas em experiencias vividas, a psicologia deve ser, sempre, a ferramenta de apoio organizacional única que ajudará as empresas no foco ao ser hunano que são, na verdade, os atores, que passarão por tais mudanças. Para ter facilidade na adaptação das pessoas diante das mudanças trazidas pela implantação de um Sistema de Controle Gerencial, foi constatado, portanto, que uso dos profissonais de psicologia é fundamental.

Espera-se que esse material sirva de base para a produção de conhecimento científico e estudos semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARELINO, carorolina venturini. Sistema de controle gerencial: o papel das alavancas de controle no Capital Psicológico e seus impactos na satisfação no trabalho e no comprometimento organizacional. Tese (mestrado) Universidade de São Paulo; São Paulo, 2019.

NASCIMENTO, g c et al. Conceitos da teoria institucional: fonte propulsora de evolução para a gestão de desempenho. XVII Congresso Brasileiro de Custos, Belo Horizonte, 2010.

ZUCKER, l. g. Institutional theories of organization. Annual Rewiew of Sociolog, v. 13, p. 443-464, 1987.

TOLBERT, p s.; ZUCKER, l g. Institutional sources of change in the formal structure of organizations: the diffusion of civil sevice reforms, 1880-1935. Administrative Science Quarterly, v. 28, p. 22-39, 1983.

MEYER, j w; ROWAN, b. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. American Journal of Sociology, 1977.

SCOTT, w r. The adolescence of institutional theory. Administrative Science Quarterly, 1987.

PEREIRA, n l; CRUZ s a; O papel do psicólogo nas organizações. Curitiba, 2010.

VISCAINO, c c l. Gestão de Pessoas: um Olhar sobre a Evolução Histórica do Principal Ativo das Organizações Empresariais. Disponível em: <http. www. fae. edu/elearning/testlearning/gestestrategica>, acesso em, v. 12, n. 02, 2022.

TACHIZAWA, t. Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2015.

ZANELLI, j c. O psicólogo nas organizações de trabalho. Artmed, 2002.

IVANCEVICH, j m. Gestão de recursos humanos. McGraw Hill Brasil, 2008.

CANAN, i; MARTINS, g a. Sistemas de controle gerencial e contratos psicológicos. XV Congresso de Controladoria e Contabilidade. São Paulo. 2015.

MALMI, t & Brown, d a. (2008). Management control systems as a package: opportunities, challenges and research directions. Management Accounting Research. [S.l.]. Elsevier, 19 (4) 287-300.

SIMONS, r. (1995). Levers of control: how managers use innovative control systems to drive strategic renewal. Boston: Harvard Business School Press.

PERI a; A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. Fundação Getúlio Vargas – FGV. Rio de Janeiro, 2005

ANTHONY, r n.; Govindarajan, v. (2008). Sistemas de controle gerencial. São Paulo: McGraw-Hill.

ANTHONY, r n. (1965). Planning and Control Systems: A Framework for Analysis. Graduate School of Business Administration. Harvard University: Boston

DA ROCHA-PINTO, s r. Dimensões funcionais da gestão de pessoas. Editora FGV, 2015.

CAMPOS, k c l *et al*. Psicologia organizacional e do trabalho - retrato da produção científica na última década. Brasília, 2011.

SPECTOR, p e. Psicologia nas Organizações. Editora Saraiva, 2006.

PEREIRA, n l; CRUZ, s a. O papel do psicólogo nas organizações. Grupo Unis. Curitiba – 2010

DIAS FILHO, j m. Gestão tributária na era da responsabilidade fiscal: Propostas para Otimizar a Curva da Receita Utilizando Conceitos da Semiótica e Regressão Logística, 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CALDAS, m, FACHIN, r., FISCHER, t. (Orgs. da edição brasileira). CLEGG, s. r., HARDY, c., NORD, w r., (Orgs. da edição original). Handbook de Estudos Organizacionais – Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais, v 1, São Paulo: Atlas, 2007.

SMITH, a. Teoria dos sentimentos morais. (tradução de Lya Luft), São Paulo: Martins Fontes, 1999.

QUINELLO, r. A teoria institucional aplicada à administração: Entenda como o mundo invisível impacta na gestão dos negócios. São Paulo: Novatec, 2007.

Birnberg, j g., Luft, j., & Shields, m d. (2006). Psychology Theory in Management Accounting Research. Handbooks of Management Accounting Research. doi: 10.1016/S1751-3243(06)01004-2.

ROUSSEAU, d m. (1995). Psychological contracts in organizations: understanding written and unwritten agreements. London: Sage.

TAYLOR, f w. Princípios de Administração Científica. Editora Atlas. 1990.

COMPORTAMENTO DAS MARCAS EM REDES SOCIAIS

Leandro de Melo Fernandes

RESUMO

Este artigo pretende apresentar as análises da humanização das marcas em redes sociais, com o objetivo de entender como o entrelaçamento das marcas e seus consumidores além de analisar as formas de consumo. O artigo utilizará cases de marcas como Coca-cola, McDonalds, Cheetos, Giraffas, Ovomaltine para demonstrar o fortalecimento dessa relação entre as marcas e seus consumidores nas redes sociais, assim como definir seu papel e objetivos de novas formas de consumo na sociedade. O artigo também analisa como os memes e virais podem ser benéficos para o entrosamento das marcas com o consumidor, estando cada vez mais próximos um do outro. A análise busca entender o como as marcas se comportam digitalmente.

PALAVRAS CHAVES: Marcas, Redes Sociais, Comportamento

ABSTRACT

This article intends to present the analyzes of the humanization of brands in social networks, with the objective of understanding how the intertwining of brands and their consumers, in addition to analyzing the forms of consumption. The article will use cases of brands such as Coca-Cola, McDonalds, Cheetos, Giraffas, Ovaltine to demonstrate the strengthening of this relationship between brands and their consumers in social networks, as well as define their role and objectives of new forms of consumption in society. The article also analyzes how memes and virals can be beneficial for the engagement of brands with the consumer, being increasingly closer to each other. The analysis seeks to understand how brands behave digitally.

KEYWORDS: Brands, Social Networks, Behavior

INTRODUÇÃO

Em oposição da web 2.0, onde suas ferramentas eram estáticas e não colaborativas, as redes sociais, que insere o usuário na coletividade do conteúdo, surgiram sob a perspectiva da web 3.0, onde o conteúdo passou a ser dinâmico e colaborativo na internet. Redes sociais são redes onde pessoas físicas podem interagir de forma digital com outros usuários em interesses em comum.

Consequentemente, foram utilizadas para agrupar um determinado público com gostos similares. No Brasil, o pioneiro neste segmento foi o Orkut, no qual o usuário podia criar comunidades digitais de diversos tipos, interagindo sobre um determinado conteúdo. Em 2014, o Orkut foi encerrado pela crescente demanda dos concorrentes, o Twitter, um feed de noticias que funciona como microblog e o Facebook, criada por Mark Zuckerberg em 2004 sendo a rede social mais popular, e consequentemente, novas formas de consumo foram apresentadas ao longo dos anos, pelos formatos de mídia apresentados.

A grande diferença, Twitter e Facebook sempre souberam seus propósitos e seus papéis na sociedade, algo que Orkut não soube administrar. Além disso, não se adaptou com a relevância de seus concorrentes. Com o desenvolvimento de novos nichos culturais, fandoms de artistas, séries de TV ou filmes, esses nichos ficaram cada vez mais fortes e as marcas observaram este fenômeno. Com o surgimento dos smartphones e aplicativos no qual o usuário pudesse gerar seu próprio conteúdo, postar fotos ficou muito mais dinâmico, assim como postar textos e compartilhar seus gostos pessoais.

As marcas buscam estes nichos, considerando aqueles que estão mais próximos às suas identidades e propósitos. Com isso, se conectam com o público que entende e conversa diretamente com seus produtos.

O comportamento humano e cultural mudou devido a inserção de novas formas de tecnologia no cotidiano. Na década de 70, era muito fácil ouvir canções que retratavam trocas de cartas, já nos anos 80 músicas que falavam sobre o telefone tocar e coisas que relacionavam com a época. Os hábitos e as novas formas de comunicação sempre foram acompanhados de suas respectivas tecnologias.

Após o surgimento do smartphone, as formas de comunicação mudaram, pois a troca de informação refletiu diretamente na sociedade. Sendo prático realizar várias tarefas cotidianas, como enviar mensagens, fazer compras ou pagar contas, sua usabilidade se tornou indispensável fazendo com que o smartphone seja de certa forma uma extensão de nosso corpo.

> *"*No entanto, existe uma linha tênue para compreender quando o celular deixa de ser um acessório importante em nossas vidas para praticamente virar uma extensão do nosso corpo." (optclean.com.br/nomofobia-necessidade-x-vicio-celular/ 1/2020)

AS MARCAS E O PÚBLICO

Sabendo das novas formas de consumo, novas estratégias para vendas e divulgação de produtos e serviços são realizadas diariamente. Com isso, as marcas estão se inserindo nas redes sociais para se aproximarem dos seus clientes e possíveis clientes, com intenção de criarem um vínculo através da humanização da marca.

O termo "Humanização das marcas" surgiu junto com a migração do marketing 3.0, que segundo Philip Kotler, era focado no produto em si. O chamado marketing 4.0, este focado no cliente. Cliente cada vez é mais exigente e em busca de experiências que agreguem valor ou sentimento.

> "Em Marketing 3.0 observamos consumidores transformando-se em seres humanos plenos, com mente, coração e espírito. Portanto, argumentamos que o futuro do marketing reside em criar produtos, serviços e culturas empresariais que adotem e reflitam valores humanos."(*KOTLER, 2017, p. 3)*

Cada vez mais o indivíduo busca estar inserido em um contexto social feito exclusivamente para ele. Um grande exemplo é a Coca-cola que utiliza em suas campanhas publicitárias um forte apelo emocional, buscando sempre se inserir em momentos de felicidade, sugerindo o slogan "Abra a felicidade".

A portabilidade destas mídias para o digital foi feita através de campanhas que estimulassem a interação do consumidor com o produto, gerando uma experiência com o público alvo de nicho forte. Um exemplo, são os *fandoms* de música pop.

A campanha Coca-Cola Fan Feat trouxe um empenho muito forte dos fãs de música pop nas redes sociais. A campanha visava atrair um público mais jovem para se aproximar da empresa. Fan Feat consistia em gincanas, onde o público deveria decidir qual o artista seria o finalista. E para a votação, juntamente com uma inteligência artificial no Messenger do Facebook, as latas promocionais com a imagem do artista deveriam ser fotografadas e enviadas para a página do Facebook da Coca-cola Brasil.

Com a computação dos votos o artista era eleito o favorito e esta disputa gerava prêmios aos artistas mais engajados nas votações: segundo o site Coca-Cola Brasil, 300 dos fãs participantes da campanha, tiveram a oportunidade de ir em um show exclusivo, além da oportunidade de conhecer o artista pessoalmente. Essa experiência registrada e amplamente divulgada nas redes sociais da empresa.

Atingimos resultados que superaram o que havia sido definido inicialmente e conseguimos mais uma vez nos conectar com os adolescentes. Fizemos isso com um ponto de paixão que é número 1 para eles: a música", afirma Javier Rodriguez, vice-presidente de marketing da Coca-Cola Brasil. (cocacola.br/2018)

(Imagem 1: Site Coca-cola Br)

A portabilidade para o digital faz com que empresas possam ousar em suas campanhas e ações de humanização de marca, gerando novas experiências. Foi criado no início do ano de 2019, a casa do Chester Cheetah em São Paulo. O espaço

físico contava com uma área exclusiva, que sugeria a narração criada nas redes sociais, principalmente o Instagram do Cheetos Brasil. Primeiramente as embalagens que tradicionalmente contém a mascote Chester viriam apenas com o logotipo do produto, sem a mascote, gerando mistério. Ao anunciar que estava em viagem de férias, Chester comunica que deixou sua casa aberta: um local inspirado no produto Cheetos e totalmente interativo com experiências imersivas e locais ótimos para fotos no Instagram, os chamados “locais Instagramáveis”. A ação veio acompanhada da hashtag #CasaDoChesterCheetah e posts promocionais da mascote Chester Cheetah em vários pontos turísticos pelo mundo. Essa construção de conceito com embasamento em storytelling cria uma fidelidade do público, segundo o site neilpatel.com:

> “Da mesma forma que eventos ao vivo tem mais retweets do que os tweets genéricos, por exemplo, seu conteúdo irá impactar mais vidas, o que irá melhorar sua credibilidade. Isso significa que, ao criar conteúdo para seus consumidores, seja para seu próprio blog ou para outros blogs no qual você é um guest writer (escritor convidado), pode usar histórias para se conectar de forma mais profunda com seus leitores.” (neilpatel.com/2019)

(Imagem 2: Instagram Cheetos Br)

A VOZ DO PÚBLICO

Com as redes sociais, o público ganhou voz, podendo interagir com conteúdo ou criando um novo conteúdo. Essa interação direta do cliente atrai marcas e consequentemente, as empresas querem ouvi-los. Para suprir uma necessidade ou corrigir algo que pode ser melhorado, as marcas buscam humanizar-se para estar próxima de seu público.

Marcas após sua humanização ganham vida, voz e sentimento. Seu discurso tem de refletir com os valores da empresa. Empresas também buscam influenciadores para utilizarem seus produtos como um teste. Se o discurso da empresa não conversa com o público do influenciador, a empresa pode ser mal vista.

O criador de conteúdo não pode ser visto como mídia (ou como um garoto-propaganda). Ele é um conector entre uma marca e uma comunidade", declara Isabela Ventura, CEO da Squid, empresa especializada em conectar influenciadores e marcas em entrevista ao site UOL. (UOL.com.br/2019)

A humanização da marca tem de estar alinhada com os princípios da empresa, assim como o influenciador deve se conectar com o público possível de compra. Estudos apontam que a recomendação de um produto por um digital influencer gera vendas. Uma pesquisa divulgada pela consultoria Shareablee mostrou que 48% das pessoas compraram um produto depois da recomendação de um influenciador.

"A primeira forma de otimizar as campanhas é cultivar um relacionamento com influenciadores que têm conhecimento legítimo no seu nicho e conseguem estabelecer uma boa conexão com o público (seus potenciais clientes). Para criar essa parceria com os influenciadores, é interessante pensar em ações em conjunto (eles e os anunciantes).

Nessa hora, a criatividade deve ficar solta! Ações inusitadas, que conversem com o público-alvo e sejam empáticas com o ponto de vista deles têm tudo para dar certo." (kontaazul.com.br/2019)

Uma Forma de explorar a humanização da marca é utilizando digital influencers como youtubers e instagramers. Um case de sucesso foi o da empresa Arcos Dorados, internacionalmente conhecida como McDonalds. Um antigo funcionário,

Phellyx, fez uma série de vídeos curtos falando de como era sua rotina no atendimento na empresa, desde a condimentação dos sanduíches até a limpeza da loja. O vídeo recebeu milhares de views e viralizou pelo tom cômico da linguagem e tom de voz utilizado por Phellyx.

A empresa ao ver o sucesso do vídeo, fez uma campanha digital, onde o vídeo surgiu, no youtube, com Phellyx como garoto propaganda para mostrar todos os setores das lojas, suas instalações e como os sanduíches eram feitos e condimentados. O vídeo original de Phellyx mostrava sua narração de trabalho na empresa e sua experiência com a marca. Meses depois a campanha teve um bom engajamento e views, criando futuramente uma série de outros vídeos com perguntas dos consumidores do Mc Donalds, como “A carne dos hambúrgueres são feitas de minhoca?”.

No vídeo Phellyx aparece mostrando o processo de fabricação das carnes dos sanduíches, que são de carne bovina, peixe ou frango em alguns sanduíches específicos. A campanha funcionou pelo forte apelo de credibilidade de Phellyx, que se dispôs em mostrar mitos e lendas relacionadas sobre a empresa, transformando em conteúdo e consequentemente mantendo uma relação direta com os clientes McDonald’s.

(Imagem 3: Youtube da empresa McDonald’s)

Pode-se dizer que memes surgiram nas redes sociais. Tudo o que se viraliza, ou seja, o que é muito compartilhado se torna um meme. Posts de memes surgem de forma orgânica e inesperada. Existem diversos tipos de memes, sejam gifs, memes de áudio, memes de vídeos e as famosas tirinhas com expressões ou frases, estas que com passar do tempo ganham novas colocações e variações, dependendo do contexto.

Pode acontecer à noite, no fim de semana ou em horário impróprio. Você tem de estar sempre disponível ou pode perder oportunidades", avalia Juliana Pisani, diretora de Marketing do KFC Brasil." (www.gazetadopovo.com.br/2016)

Existem diversos formatos de memes e eles são eficazes para a divulgação da empresa em marketing de guerrilha ou para Relações Públicas de uma empresa que deseja "pegar carona" na popularidade de um viral da internet para gerar um buzz, podendo durar meses ou simplesmente um dia. Viralizar, ou seja, se tornar viral o mesmo que dizer altamente compartilhado.

Existem muitos virais famosos que foram utilizados em campanhas de empresas famosas, como "Juntos Shallow Now", que é na verdade uma canção da cantora americana Lady Gaga que teve uma adaptação feita pela cantora Paula Fernandes. Por conta da falta de conexão da tradução "Juntos e Shallow Now" viralizou e muitas empresas usaram a frase para engajamento, divulgando seu produto junto ao meme.

(Imagem 4: Instagram da rede de restaurantes Giraffas)

Outro caso similar foi com a volta da dupla de cantores Sandy e Junior aos palcos. Os irmãos haviam encerrado suas atividades como dupla em 2007 e voltaram com uma turnê comemorativa, causando uma grande reação pública e uma enorme quantidade de memes surgiram na web. Empresas souberam utilizar com maestria o assunto para postagens em suas redes sociais. O caso mais significativo foi o da empresa McDonald's, que utilizou seus dois produtos "Sundae e Mc Junior" para fazer um trocadilho com o nome da dupla. O post viralizou pela grande sacada do time de marketing e ficou bastante popular.

(Imagem 5: Instagram da rede de restaurantes Mcdonald's)

O mesmo acontece com outras marcas, como conteúdo de humanização de marca, como case da Giraffas, uma empresa alimentícia, famosa na web por seu tom de voz descontraído. Suas rivais em segmento alimentício, McDonald's e Bob's trocavam memes pelo fato da empresa Bob's, que por muitos anos vendia o milk shake de Ovomaltine, perdeu os direitos de uso da marca para o McDonald's, que comprou a licença de uso.

(Imagem 6: Instagram da rede de restaurantes McDonald's)

(Imagem 7: Divulgação da rede de restaurantes Bob's)

(Imagem 8: Divulgação da rede de restaurantes Bob's)

(Imagem 9: Divulgação da rede de restaurantes Giraffas)

No post original, McDonald's comemorava a chegada do novo produto ao público, o milkshake de Ovomaltine. Vendo a comoção nas redes sociais com memes sendo gerados pela parceria do produto com a empresa, Bob's faz postagens brincando com a situação, que McDonald's queria copiar seu milkshake e o chamando de "milkfake". Aproveitando a popularidade do tema, Giraffas divulgou o seu milkshake utilizando meme "f*ck yeah", um outro meme viral e foi bastante compartilhado nas redes sociais.

Outras empresas fizeram suas menções ao ocorrido, como a Philliis Walita sugerindo aos clientes ao invés de comprarem os milkshakes das marcas, usassem os liquidificadores da Philips Walita e fizessem os seus próprios milkshakes em casa.

> *"Não fazemos humor pelo humor. Só entramos porque nosso lema é: 'bom é cozinhar em casa'", diz Alina Asiminei, diretora de marketing da área de Saúde Pessoal da Philips."* (gazetadopovo.com.br/2016)

(Imagem 10 : Divulgação da empresa de eletrodomésticos Philips Walita)

A escolha de utilizar o meme para divulgar seu produto ou serviço pode ser arriscado e deve ser feito com bom senso e cuidado, pois pode parecer forçado e, ao invés de gerar uma exposição positiva, pode surtir o efeito.

"Para não errar o tom, a especialista em mídias sociais e marketing digital Patrícia Ladeira diz que é necessário estar atento à a voz da marca. “O social media deve estar atento a dois elementos: a ética e o bom senso.” (www.gazetadopovo.com.br/2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As marcas buscam cada vez mais se mostrarem acessíveis ao público pelas redes sociais, reforçando um novo conceito de vendas e de divulgação de seus produtos ou serviços. A partir do conteúdo colaborativo na internet, se teve a oportunidade de interagir com marcas e as ações publicitárias estão cada vez mais voltadas para o indivíduo e não para um coletivo.

Os cases analisados buscam entender as novas formas de divulgação das marcas na era das redes sociais. O reforço disso são campanhas da Coca-cola que trazem a portabilidade do sentimento gerando novas experiências, que são divididas e compartilhadas nas redes sociais pelos usuários. O conceito de compartilhamento é ampliado no case da Casa do Chester Cheetah, um ambiente totalmente instagramável. Marcas são vigiadas constantemente e o público, cada vez mais exigente, busca por alternativas mais praticas de se conceber uma venda.

O case de Phellyx e a empresa McDonald's evidencia essa humanização, fazendo com o que seu conteúdo institucional seja diluído ao meio de humor do youtuber Phellyx aos memes.

Algumas empresas utilizam memes para criar vínculos e se inserir em conteúdos que estão em alta e com grande visibilidade fazendo com que o conteúdo seja visto por muitas pessoas. Cases como do meme "Shallow Now" trouxe evidência para diversas marcas de ramos completamente diferentes, mostrando o impacto das redes sociais e como todas elas podem atrair ou afastar um público.

Pode-se dizer então, segundo aos cases analisados, que as marcas inseridas nas redes sociais estão cada vez mais próximas de seu público. Esse contato torna a marca acessível, fazendo algo inimaginável nos primórdios da internet, como o poder do público decidir o papel da marca na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Kotler Philip. Marketing 4.0: Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

https://www.infotecblog.com.br/necessidade-vicio-celular-extensao-corpo/ (06/01/2020)

https://www.cocacolabrasil.com.br/historias/missao-cumprida-com-sucesso-artistas-e-fas-se-unem-em-show-da-campanha-coca-cola-fan-feat (01.01.2020 - 20:15)

https://neilpatel.com/br/blog/como-usar-storytelling-para-aumentar-suas-conversoes/ (01.01.2020 22:15)

https://kontaazul.com.br/estudo-aponta-que-criador-de-conteudo-influencia-na-compra-de-um-produto/ (05.01.2020 – 19:02)

https://epocanegocios.globo.com/Marketing/noticia/2018/03/pessoas-compram-experiencias-nao-produtos-diz-ceo-da-adobe.html (07.01.2020 - 7:50)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Site Coca-cola Br

FIGURA 2: Instagram Cheetos Br

FIGURA 3: Youtube da empresa McDonald's

FIGURA 4: Instagram da rede de restaurantes Giraffas

FIGURA 5: Instagram da rede de restaurantes Mcdonald's

FIGURA 6: Instagram da rede de restaurantes McDonald’s

FIGURA 7: Divulgação da rede de restaurantes Bob’s

FIGURA 8: Divulgação da rede de restaurantes Bob’s

FIGURA 9: Divulgação da rede de restaurantes Giraffas

FIGURA 10: Divulgação da empresa de eletrodomésticos Philips Walita

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E AS RECENTES INOVAÇÕES LEGISLATIVAS NA LEI MARIA DA PENHA

Eunice Souza Kaustchr Garcia

RESUMO

Globalmente, a desigualdade entre homens e mulheres se manifesta de várias maneiras. Em particular, a desigualdade de gênero aumenta o risco de violência entre homens e mulheres (VCM), especialmente violência por parceiro íntimo (VIP). A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 35% das mulheres experimentam VPI física, psicológica e/ou sexual pelo menos uma vez na vida, tornando a VIV inaceitável. O presente trabalho aborta sobre violência doméstica no qual atualmente existe uma lei que protege as mulheres. Trata-se da Lei 11.340/2006. Essa conquista vem depois de anos de luta e proteção das mulheres contra a violência de gênero. A protagonista desta luta Maria da Penha Maia Fernandez passou anos na justiça até que foi criada a lei. objeto de estudo, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que foi concebida para punir violência doméstica contra as mulheres. Vamos verificar o motivo e as consequências que esse tipo de violência vem provocando nas vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Psicológica. Violência de gênero. Lei Maria da Penha.

ABSTRACT

Globally, inequality between men and women manifests itself in many ways. In particular, gender inequality increases the risk of violence between men and women (VAW), especially intimate partner violence (IPV). The World Health Organization (WHO) estimates that 35% of women experience physical, psychological and/or sexual IPV at least once in their lifetime, making VIV unacceptable. The present work deals with domestic violence in which there is currently a law that protects women. This is Law 11,340/2006. This achievement comes after years of fighting and protecting women against gender-based violence. The protagonist of this struggle Maria da Penha Maia Fernandez spent years in court until the law was created. object of study, Law nº 11.340, of August 7, 2006, popularly known as Maria da Penha Law, which was conceived to punish domestic violence against women. Let's check the reason and the consequences that this type of violence has been causing in the victims.

KEYWORDS: Psychological Violence. Gender Violence. Maria da Penha Law.

INTRODUÇÃO

A temática escolhida violência doméstica e a questão social da lei Maria da penha, têm como objetivo alertar a sociedade que infelizmente números de vítimas de violência doméstica continuam crescendo, abordar a importância em saber o que de fato é violência doméstica, como ela é caracterizada, quais os tipos e formas de manifestação, quais os danos físico e psicológico que traz para vítima de violência, quais as políticas públicas que a lei 11 340, trouxe. Segundo a OMS- Organização Mundial da Saúde uma a cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência.

A violência contra as mulheres continua devastadoramente generalizada e começa assustadoramente cedo, revelaram novos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e parceiros. Ao longo da vida, uma em cada três mulheres, cerca de 736 milhões de pessoas, é submetida à violência física ou sexual por parte de seu parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro, os números permaneceram praticamente inalterados na última década.

Com informado antes, essa violência começa muito cedo: uma em cada quatro mulheres jovens (de 15 a 24 anos) que estiveram em um relacionamento alegam já terem sofrido algum tipo violência de seus parceiros. A violência doméstica muitas das vezes não se restringe à forma física (lesão corporal). Muitas vezes a violência se caracteriza de forma sutil, verbalmente, intimidadoramente, ou seja, psicológica, como veremos mais abaixo. Em muitos episódios o ato se torna tão constante no seu cotidiano que muitas mulheres acabam nem percebendo que são vítimas, e acreditam que tal acontecimento é uma forma normal do seu companheiro a tratar, pois vivenciaram isso no seu âmbito familiar e até mesmo por imposição de nossa própria sociedade, que sempre colocou a mulher na posição de subserviência masculina.

A Lei 11340 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, em seu Artigo 7º, define e tipifica as formas de violência doméstica e familiar, prevendo cinco tipos. São elas:

Violência Física: Atos que violem a integridade corporal ou a saúde, como bater, empurrar, atirar objetos em mulheres, sacudir, chutar, espremer, queimar, cortar ou ferir.

Violência psicológica: por meio de ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância persistente, perseguição persistente, insultos, extorsão, violação de intimidade, exploração, restrição de acesso ou de outra forma comprometer sua saúde mental e direito à autodeterminação.

Violência Sexual: O ato de obrigar uma mulher a praticar, manter ou presenciar atividade sexual quando ela não quer, por meio de força, ameaça ou coação física ou moral ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Violência Patrimonial: Envolve a retirada de dinheiro que uma mulher ganhou com seu próprio trabalho e a destruição de qualquer propriedade, bens pessoais ou ferramentas profissionais.

Violência moral: entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. O ato de humilhar a mulher diante da sociedade com mentira ou ofensa, por exemplo, também a acusando publicamente de um crime não cometido.

Nesse contexto, o presente estudo, visa destacar algumas das perspectivas sobre violência psicológica e violência moral contra as mulheres, suas causas e consequências.

COMO SURGIU A LEI MARIA DA PENHA

Altas incidências de violência contra mulheres e meninas no Brasil não são um fenômeno novo. A violência contra a mulher está enraizada na cultura brasileira, fazendo parte da sociedade brasileira desde os primórdios.

No período colonial, em 1500, mulheres indígenas eram caçadas no sertão, e mulheres negras eram escravizadas, originalmente trazidas da África, sofriam violência de homens brancos junto com outras formas de violência contra o seu povo como um todo, enquanto a sexualidade das mulheres brancas era estritamente controlada (STOLCKE, 2006).

A ideologia patriarcal é elemento importante na construção de gênero no Brasil, institucionalizando a violência contra a mulher no período colonial patriarcal familiar a ponto de colocar a vida das mulheres nas mãos de pais, irmãos e maridos: eles podiam ter suas mulheres mortas para defender a honra da família. Até algumas

décadas atrás, de fato, um marido ainda poderia reivindicar a 'legítima defesa da honra' e ser considerado 'não culpado' pelo feminicídio de sua esposa (STOLCKE, 2006).

Foi um desses casos no Rio de Janeiro, no final da década de 1970: Ângela Diniz (uma jovem socialite ‘morta por seu amante que foi absolvido com base no argumento de defesa da honra'), que despertou a surgimento das lutas das mulheres contra o costume da impunidade de espancadores e assassinos de esposas. O movimento se espalhou para outras grandes cidades do país, dando visibilidade à prática secular da violência contra mulher na sociedade brasileira.

Segundo o Instituto Maria da Penha, a Lei Maria da Penha foi aprovada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006. Distribuída em 46 artigos e sete títulos, estabelece mecanismos de prevenção e repressão à violência doméstica contra a mulher, de acordo com a Constituição Federal (artigo 226, § 8º) e tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará), a Convenção de San José da Costa Rica, a Declaração dos Direitos e Deveres dos Americanos e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher).

OS PRINCIPAIS PONTOS DA LEI SÃO

Criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; dispor sobre a criação de Juizados contra a violência doméstica e familiar contra a mulher; estabelecer medidas de assistência e proteção à mulher que se encontre em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2019).

A violência contra as mulheres é agora reconhecida como um problema de saúde pública e violação dos direitos humanos de significância mundial.

Trata-se de um importante fator de risco para a saúde da mulher, com consequências de longo alcance tanto para sua saúde física quanto mental (CAMPBELL, 2002).

É preciso compreender melhor a magnitude e a natureza das diferentes formas de violência contra as mulheres. Definições claras são necessárias para poder

comparar informações entre estudos e gerar uma base de conhecimento que nos permita identificar as diversas e sobrepostas formas pelas quais ocorre a violência contra a mulher e quais ações podem servir para preveni-las e responder às suas consequências (CAMPBELL, 2002).

A HISTÓRIA DA MARIA DA PENHA

A história de Maria da Penha Maia Fernandes, Cearense brasileira, que lutou por justiça em nome das mulheres vítimas de violência doméstica, para que fosse criada uma lei que protegesse mulheres dos abusos sofridos.

Maria da Penha vítima por parte do seu ex-marido Marco Antônio Heredia Viveros, teve sua vida e de suas filhas transformada, através de vários atos de violência, entre elas dupla tentativa de feminicídio, uma com um tirou de espingarda que a deixou paraplégica e a outra eletrocutada. Essa história infelizmente é a realidade de muitas mulheres vítima da violência doméstica, que convivem com isso todos os dias, e seus agressores são pessoas de dentro de seu convívio, lembrando que a violência não é somente agressão física, mais todo tipo de violência que cause algum tipo de dano sendo ele, psicológico, moral, sexual, econômico e social.

Por mais de 20 anos Maria da Penha lutou para que seu agressor pagasse pelos atos cometidos, não se calou, foi forte e corajosa. Ainda existem muitas vítimas que não denunciam por medo de represália do que pode acontecer com sua vida e de seus filhos e continuam reféns dos seus agressores.

A Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, é uma proposta ousada que visa mudanças culturais e jurídicas a serem implementadas no ordenamento jurídico brasileiro e buscam eliminar a violência contra as mulheres.

Esta lei, em seu aspecto mais abrangente, não trata apenas da violência de gênero, mas aquela praticada pelo homem contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, o que expõe a superioridade do agressor sobre a vítima.

A autora Maria Berenice Dias conta a história de Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica casada com um professor universitário e economista. Eles moram em Fortaleza (CE) e têm três filhas. Durante o casamento, Maria da Penha

sofreu repetidas agressões e intimidações. Ela nunca reagiu por medo de uma vingança maior contra ela e suas filhas. Nesse período, como muitas outras mulheres, Maria da Penha condenou repetidamente a agressão sofrida. Não tendo feito nada, ficou envergonhada e pensou: se nada aconteceu até agora, é porque o agressor fez a coisa certa. No entanto, ela não se calou. Depois de quase ser assassinada duas vezes, ela reuniu coragem para apresentar uma queixa pública. Diante da inércia da justiça, escreveu um livro, aderiu ao movimento de mulheres e, como ela mesma disse, não perdeu nenhuma oportunidade de manifestar indignação. (DIAS, 2019 pp. 21 e 22).

Uma primeira resposta a esse movimento foi a criação de Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs ou Delegacias Especiais de Atenção a Mulher - DEAMs), a primeira sendo criada em São Paulo em 1985, com várias outras a seguir em diferentes capitais em todo o país (AQUINO, 1999).

No entanto, a criminalização da violência contra mulher no Brasil é bastante recente. Foi somente com a criação de uma Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), com gabinete status, em 2003, de que uma política nacional de enfrentamento da violência contra mulher que começaram a ser elaborados e implementados, e só após a sanção da Lei Maria Da Penha, em agosto de 2006, mais de 30 anos depois, que a violência contra a mulher passou a ser finalmente criminalizada no Brasil (BARSTED, 2006).

Até os anos 2000, as políticas brasileiras de enfrentamento a violência doméstica foram centradas nas DEAMs e Women's Abrigos, privilegiando, como tal, por um lado, penas de responsabilização dos abusadores na área de segurança e, de outro, uma política assistencialista voltada para mulheres em situação de risco de vida limite. Mais especificamente, era uma política fragmentada, sem órgão federal com os recursos e autoridade necessários executá-lo (SANTOS, 2015).

Anteriormente a criação da Lei 11340/2006 a repressão a violência doméstica se dava através da Lei 9099/1995 a qual era limitada e ineficaz ao combate e a coibir a esse tipo de violência.

Consequentemente, o principal impulso para a Lei Maria da Penha foi, de fato, criminalizar a violência doméstica criando novos tribunais com novos atributos e sentenças crescentes, visando também proteger as vítimas de abuso e fornecer

assistência a elas e seus filhos, por meio da reabilitação de agressores, incluindo (BARSTED, 2016).

De fato, como observado anteriormente, a Lei Maria da Penha é uma solução inovadora e pacote legislativo abrangente inspirado em convenções internacionais e perspectivas feministas sobre a violência contra a mulher e os meios para enfrentá-la e preveni-la. A lei amplia o conceito de violência reconhecendo suas diferentes formas, como física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. Também amplia o conceito de família, reconhecendo as uniões do mesmo sexo. Além disso, define não só medidas punitivas contra os agressores, mas também medidas de proteção e assistência no atendimento as vítimas, além de importantes medidas preventivas, entre eles, o monitoramento da legislação implementação (SARDENBERG *et al*. 2010).

A Lei 11340/2006 pede a criação de tribunais especiais em todas os estados brasileiros e no Distrito Federal (Brasília), estabelecendo que os tribunais devam trabalhar em estreita colaboração com as autoridades policiais, bem como com outras agências incluídas na rede de serviços abrigos para mulheres agredidas, centros de referência, postos de saúde, agências de formação e emprego, defensor público escritórios e promotorias, definindo papéis específicos e tarefas para cada uma das agências (SARDENBERG *et al*. 2010).

Além disso, a nova lei também define a necessidade de medidas preventivas e educativas, incluindo a promoção de estudos e pesquisas para sistematizar dados que avaliam a eficácia das novas medidas; implementação de programas em todos os níveis com o objetivo de erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres e campanhas educativas com foco em direitos humanos, igualdade de gênero e raça, e sobre a nova legislação, entre outras questões relacionadas (SARDENBERG, 2011).

Na perspectiva da Secretaria de políticas para as mulheres para sua efetiva implementação, a Lei Maria da Penha conta com a formação de duas redes:

1) uma rede de confrontação de violência contra a mulher, que inclui instituições e serviços governamentais e não governamentais e a comunidade em geral, incluindo movimentos feministas e de mulheres; 2) uma rede de assistência, parte da 'confrontação', constituído por diferentes serviços e ações que deve ser bem

articulado e integrado, com ênfase em serviços de saúde, segurança pública, acesso à justiça, assistência social e educação (SANTOS, 2015).

Além disso, para garantir a implementação do novo pacote de leis, a Secretaria de políticas para as mulheres formulou um Pacto Nacional para

Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, negociado com cada governador de estado, que incluía cláusulas sobre:

1) garantias para a implementação e aplicação da Lei Maria da Penha no Estado; 2) ampliação e fortalecimento das redes de serviços para mulheres em situação de violência; 3) garantia de políticas de segurança e acesso à justiça; 4) garantia do exercício das atividades sexuais e direitos reprodutivos e combate à violência sexual, exploração e tráfico de mulheres; e 5) garantia de autonomia da mulher em situação de violência e ampliação de seus direitos (CAMPOS, 2015).

Como observado anteriormente, em 2012, diante do aumento da violência contra as mulheres e o alto nível de crueldade em vários casos que ganharam atenção da mídia, uma Comissão de Investigação do Congresso sobre Violência Contra a Mulher (CPMI) foi criada, combinando membros do Senado e da Câmara.Com foco na informação e análises referentes ao período 2004-2011, a CPMI coletou dados e ouviram especialistas, pesquisadores, profissionais e representantes de agências governamentais de todo o país, em relação à violência contra mulheres e as deficiências, desafios e avanços feito em combatê-la nos diferentes estados. Uma das principais descobertas foi a escassez crônica de financiamentos concedidos para a implementação das políticas e agências para tal. Também foi observado que os fundos não foram distribuídos de forma equitativa a nível nacional. A transferência estava condicionada ao cumprimento do Pacto, existência de um Plano Básico Integral Estadual (PIB), e na presença de uma agência estatal de políticas para as mulheres e a submissão e aprovação de projetos especiais (CAMPOS, 2015).

Observe que nos estados em que havia Agências de Políticas para Mulheres, como Secretário, houve mais investimentos no enfrentamento a violência e uma melhor articulação das políticas estatais (Campos 2015). Essas agências ainda não estão presentes em todos os estados, dificultando assim o repasse de recursos e com ela, a ampliação da rede de serviços. Na verdade, há uma centralização de transferências para capitais e regiões metropolitanas, principalmente no Sudeste.

Como observado em diferentes estudos (Pasinato 2011, Santos, 2015), assim como o Relatório Final da CPMI, foi verificado que a rede de serviços prestados é deficiente, marcada pela falta de profissionais qualificados e pela sua concentração nas principais cidades e regiões, assim, não alcançando todas as mulheres, particularmente aquelas residentes no campo e nas pequenas cidades.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

O termo violência contra as mulheres abrange uma infinidade de abusos direcionados a mulheres e meninas ao longo da vida. A Declaração da ONU sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher define a violência contra a mulher como: "....qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos físicos, sexuais, psicológicos ou sofrimento às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja ocorrendo em vida pública ou privada". Esta afirmação define a violência como atos que causam, ou têm potencial para causar danos, e introduzindo o termo "baseado em gênero" enfatiza que ela está enraizada na desigualdade entre mulheres e homens (ONU, 1993).

O termo violência de gênero tem sido definido como "atos ou ameaças de atos destinados a ferir ou fazer com que as mulheres sofram física, sexual ou psicologicamente, e que afetam as mulheres por serem mulheres ou afetam as mulheres de forma proporcional".Assim, a violência de gênero é frequentemente utilizada intercambiavelmente com a violência contra a mulher. Ambas as definições apontam para a violência contra as mulheres como resultado da desigualdade de gênero. Essa desigualdade pode ser descrita como discriminação em oportunidades e responsabilidades e no acesso e controle de recursos que estão enraizados na noção socioculturalmente atribuída de masculinidade como superior à feminilidade (RICHTERS, 1994).

Inúmeros fenômenos ocorrem na vida cotidiana, os seres humanos se destacam de diferentes origens culturais e históricas destacando-se ainda entre eles a violência.

A violência parece ser uma questão complexa no contexto atual saúde pública, pois há muitos fatores que podem levar a independentemente do sexo, idade, raça,

etnia, educação, religião, cultura, status socioeconômico, ocupação, capacidade física ou mental, personagem. Isso significa que muitas pessoas podem ser vulneráveis a ela. em qualquer momento de sua vida (MACHADO; GONÇALVES, 2003).

A violência contra a mulher não se limita à esfera doméstica, mas familiar, nas relações sociais cotidianas, em diferentes espaços, em diferentes formas, é mais ou menos explícito, isto é, cabe destacar que a violência contra a mulher afeta sua cidadania, impede o exercício dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Existindo a violação da liberdade, segurança, dignidade, respeito pela vida e integridade física e mental, liberdade de expressão, participação em funções públicas e participar de assuntos políticos.

Ao contrário do que se pensa, a violência doméstica atinge mulheres de diferentes classes sociais, alcançando mulheres de baixa renda e também aquelas pertencentes à elite da classe econômica. Não havendo diferença entre elas quando o assunto é a violência, sofrendo dos mesmos problemas. Entretanto quem tem maior recurso financeiro, as vezes consegue identificar a violência de forma mais precoce, ou pode contar com auxílio de profissionais capacitados que a auxiliam a entender o que está acontecendo e de certa forma conseguem se livrar pois têm mais acesso à educação e redes privadas servir (MACHADO; GONÇALVES, 2003).

No entanto, o estigma e o status social ocupado pelas mulheres, muitas vezes atua como um bloqueio para evitar problemas.

A violência contra a mulher é exposta na sociedade como uma expressão dos problemas sociais: não é mais apenas um problema, isso reflete a estrutura familiar de pessoas de baixa renda, traduzindo-se na compreensão das causas da desigualdade e a subjetividade social e individual.

Assim, vemos expressões de problemas sociais desemprego, analfabetismo, fome, instabilidade habitacional, falta de leitos em hospitais, violência, etc.

Considera-se violência doméstica “qualquer ato, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou econômicos, de modo direito ou indireto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas – crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico

privado que o agente da violência seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital". (MACHADO E GONÇALVES, 2003).

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, a violência pode ser definida como:

> "O uso intencional de força física ou de poder, na forma de ameaça ou por ações, contra outra pessoa ou contra um grupo, resultando ou com grande possibilidade de resultar em danos físicos, morte, prejuízo psicológico, prejuízo ao desenvolvimento ou privação" (OMS, 2015, p. 10).

Na mesma temática, a OMS analisou quatro níveis nos quais observou a violência como fruto de uma dinâmica complexa entre fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais, bem como destacou as suas causas múltiplas (ALVES; ROSA, 2013).

No primeiro nível, considerou-se as particularidades de cada indivíduo e como elas podem elevar a probabilidade do sujeito ser vítima ou autor de violência. No segundo nível, consideraram-se os relacionamentos mais próximos nos quais o indivíduo estabelece dentro dos diversos grupos dos quais faz parte. No terceiro nível analisou-se a conjuntura comunitária, quais sejam, a escola, o trabalho e a vizinhança. O quarto nível, por fim, considerou as normas e atitudes que são oportunas à violência, bem como políticas públicas que perpetuam a desigualdade econômica e social (ALVES; ROSA, 2013).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS e Machado e Gonçalves a violência doméstica pode ser considerada como "tudo que atinja de alguma forma sua subjetividade, ou seja, a violação dos direitos humanos, qualquer, conduta ou omissão, que cause sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou econômicos, tudo que engloba de certa forma uma ameaça à vítima".

A violência doméstica está presente em diferentes classes sociais, podendo ser praticado contra crianças, idosos e até mesmo alguns homens, mais em um contexto geral o principal "foco" são as mulheres (MACHADO; GONÇALVES, 2003).

Segundo Alves e Rosa entende-se que a grande maioria das vítimas são pessoas do seu convívio diário, que estão dentro de sua própria casa, onde as atitudes

são oportunas e os principais suspeitos são seus companheiros (ALVES; ROSA, 2013).

Nessa circunstância devido à violência contra mulheres surgiu, a Lei Maria da Penha que tem como objetivo punir todo e qualquer tipo de violência doméstica e familiar contra a mulher e qualquer ação que lhe cause morte, lesão, agressão física, sexual, psicológica, dano moral ou patrimonial, praticada por qualquer membro da família.

De acordo com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (2011) a partir desta Lei, “a violência contra a mulher é tipificada como crime e estes passam a ser julgados nos Juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, instrumentos criados a partir dessa legislação [...]”.

No ano de 2007 foi lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Segundo Coutinho, este inseriu importantes mecanismos para uma ampliação dos direitos das mulheres: Ele abrange cinco eixos principais, são eles: garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; garantia da segurança cidadã e acesso à justiça; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos (COUTINHO, p.44, 2015).

Coutinho menciona ainda que, a lei Maria da Penha que tem como objetivo punir atos de violência doméstica, ajudar mulheres a denunciar seus agressores, e assim garantir sua integridade, estabelecer medidas de assistência e proteção ao indivíduo que se encontre em situação de violência, e assim combater a problemática e punir seus agressores, eliminando toda forma de violência, protegendo a vítima contra a violência doméstica e familiar.

Em 2022, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que calculou diversos dados de criminalidade em nível federal e estadual. No anuário, os dados sobre feminicídio, lesão corporal intencional e estupro e tentativa de estupro foram compilados para 2016-2021.

Em 2017, ocorreram 4.556 homicídios envolvendo vítimas do sexo feminino, dos quais 23,6%, ou 1.075, foram considerados feminicídios, já no ano de 2018, ocorreram 4.107 homicídios envolvendo vítimas do sexo feminino, dos quais 29,4%, ou 1.206, foram considerados feminicídios.

Comparando esses números com os de 2020, o feminicídio aumentou 22,2% apenas em março e abril de 2020, com 117 vítimas nesses dois meses.

Embora a violência contra as mulheres seja um desafio real e global, tais impasses estão se tornando mais frequentes, principalmente durante a pandemia, levando a um aumento da violência doméstica. Sustentar a violência acaba por confirmar o feminicídio, por imprecisão nos serviços de enfermagem especializados e até mesmo desprezo e negligência por parte do estado, principalmente em uma pandemia, onde a própria sociedade ainda precisa superar as barreiras patriarcais e, neste caso extremo, arcar com o ônus de ser punida. e preferiria fechar os olhos à persistência de tal violência contra as mulheres.

A casa que era para ser um lugar de refúgio em todos os momentos, principalmente na pandemia virou um tormento, onde em momento de confinamento quando seus agressores estão mais tempo com as vítimas, acontece à violência. O crescimento dos números de caso de 2020 em meio à pandemia aumentou drasticamente comparado aos anos anteriores, uma em cada quatro mulheres já sofreram algum típico de violência, dentro de casa pelos seus companheiros, namorados ou até mesmo pessoas da sua família, a cada duas horas uma mulher é morta vítima de feminicídio, uma triste realidade para muitos estados que sofrem com a mesma questão, onde medidas devem ser tomadas, sendo elas medidas paliativas e mais efetivas, e assim o número de denuncia aconteça e os diretos de proteção dessas mulheres sejam garantidos.

Em agosto de 2021, a Lei Maria da Penha completou 15 anos. Desde a sua promulgação a legislação passou por uma série de mudanças.

A Lei que conta com um total de 46 artigos, ordenados em 7 títulos tem como principal objetivo o combate à violência contra a mulher no Brasil e é considerada uma das três leis mais avançadas do mundo. Apesar das inúmeras revisões, a Lei 11.340/06 ainda não conseguiu conter os números relacionados às mulheres que estão sendo violentadas e mortas, sugerindo que são necessárias revisões mais profundas (BRASIL, 2008).

Nos últimos anos, a Lei 11.340/06 passou por uma série de mudanças.

Em 2017, a Lei nº 13.505, que dispõe sobre o direito das mulheres vítimas de violência doméstica priorizou o atendimento por policiais e especialistas do sexo feminino e previamente capacitados para atender esse tipo de caso.

A Lei nº 13.641, já de 2018 tipifica o descumprimento das medidas de proteção e constitui infração punível com detenção de três meses a dois anos.

Também em 2018 a Lei 13.772 altera o Art 7º, inciso II da Lei 11340 para criminalizar o registro não autorizado com conteúdo sexual ou a apresentação de nudez trazendo a violação da intimidade e punindo os infratores com prisão de 6 meses a 1 ano e multa.

Porém as maiores mudanças se deram em 2019, quando mais de 23 alterações legislativas foram realizadas.

A lei 13.894 inseriu o Art 9º §2º, prevê a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e torna obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas, esta mesma lei altera o Art 11, inciso V; e inserindo o Art 14 A e seus parágrafos dando ao delegado de polícia a incumbência de informar a vítima os direitos a ela conferidos e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para, querendo, ajuizar perante o juízo competente ação de divórcio, anulação de casamento ou dissolução de união estável.

Houve ainda uma terceira alteração com a mesma lei 13.894 que alterou a Lei Maria da Penha, trazendo um acréscimo na redação do Art 18, inciso II, definindo que dentro de 48 horas após o recebimento da solicitação, o juiz deve decidir sobre a medida protetiva de urgência.

A Lei 13871 cria a obrigação de ressarcimento ao Estado pelos gastos relativos ao atendimento da vítima de violência doméstica através do Sistema Único de Saúde. Estabelece ainda que o agressor deve ressarcir os gastos estatais com segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas.

A Lei nº 13.882 prevê que as mulheres vítimas de violência tenham prioridade de matricular seus filhos ou dependentes em instituições de ensino básico mais próximas de sua residência.

A Lei 13.880 prevê apreensão de qualquer arma de fogo em poder do agressor por ordem judicial.

A Lei 13.836 torna obrigatória a inclusão de informação, caso a mulher vítima de agressão seja pessoa com deficiência.

A Lei nº 13.827 estabelece medidas de proteção emergencial que podem ser implementadas por delegados ou policiais, com carimbo post mortem do judiciário.

Em 2020 A Lei 13.984 criou duas novas proteções contra a violência doméstica. Se o agressor não for para o centro de educação e reabilitação, cometerá um novo crime. O acompanhamento psicossocial também deve ser obrigatório.

Já em 2021 a Lei 14.188 traz o crime de violência psicológica contra a mulher para o Código Penal através do Art 147 B que determina pena de reclusão de 6 meses a 2 anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave a quem causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações. Alterando o Art 12 C da Lei Maria da Penha, determinando o afastamento imediato do lar ao agressor.

A Lei 14.149 Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

A Lei 14132 acrescenta o art. 147-A ao Código Penal, prevendo assim o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, Lei das Contravenções Penais.

Em 2022 a Lei 14.310 altera a Lei 11.340, determinando o registro imediato pelas autoridades judiciárias de medidas de proteção emergencial para mulheres que sofreram violência doméstica ou seus familiares.

A Lei 14.316 vem para alterar as Leis 13.756 e 13.675, destinando recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher.

Importante observar que existem vários Projetos de Lei em andamento no Congresso Nacional, que visam promover ainda diversas alterações além das aqui já mencionadas, também é importante ratificar que a Lei Maria da Penha é uma das maiores, se não a maior, lei de proteção à mulher no território brasileiro e não por acaso, considerada pela ONU uma das três melhores leis do mundo no que diz respeito a proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA É CRIME!

É qualquer conduta que cause à mulher dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões. Lei11.340/06 – Art. 7 (BRASIL,2021).

A violência psicológica é um dos tipos de violência mais comuns e difíceis de identificar. Mas o dano psicológico é muitas vezes devastador. Muitas vezes a própria vítima não consegue identificar que está sofrendo algum tipo de violência simplesmente por acreditarem que tais situações são comuns e de certa forma acreditam também que a culpa dos acontecimentos é delas mesmas, como o agressor muitas vezes faz questão de falar ou deixar transparecer e por não acreditarem que estão sendo submetidas a um tipo de violência não conseguem entender o que tem de errado no relacionamento.

No livro Violência Doméstica Psicológica: Como Identificar e Prevenir Uma Relação Abusiva, a autora discorre sobre todos os aspectos da violência psicológica, como ela inicia e como o agressor consegue controlar a vítima de forma a ela não perceber o que está passando e não conseguir identificar a violência ou até mesmo identificando, se tornar tão dependente do agressor que não consegue se desvincular do relacionamento.

Reconhecer o abuso quando há agressões físicas é mais fácil, pois deixa marcas visíveis no corpo. O desafio maior está em identificar sinais de abuso psicológico, já que a violência sistemática pode ser bem sutil e imperceptível, se a pessoa não estiver atenta. É um equívoco, portanto, achar que a violência doméstica somente acontece quando há agressões físicas. É um engano também acreditar que somente a violência física deixa marcas no corpo e na vida de quem a sofre. (Lacerda Eugênia, 2020, p. 8)

De acordo com a organização Mundial da Saúde, a naturalização dessa "agressão" pode ser um gatilho para uma espiral de violência e pode preceder o feminicídio. Exemplos desse tipo de violência:

Ameaças: “Se você não é minha, você não é de outra pessoa!”; Perseguição na escola, local de trabalho, redes sociais, telefones celulares; Constrangimento ao pegar a mulher no trabalho ou reuniões de amigos, para saber com quem ela estava; Humilhação, chamar ela de feia, chamar ela de gorda, você precisar emagrecer; Manipulação, falar a uma mulher, se ela se separar, ele ficará com os filhos, dizendo ao juiz que ela é inútil e é melhor não se separar dele ou perderá as crianças; Isolamento (sem sair de casa, estudar e viajar ou passar tempo com amigos e parentes) por desconfiança, ciúme ou posse de mulheres; Vigilância contínua, onde as mulheres vão, eles querem ir, sem privacidade ou liberdade; Chantagear usando os filhos; Exploração através do trabalho, sexo ou dinheiro; Limitação do direito de ir e vir, não permitindo que a parceira entre e saia com frequência da casa de amigos ou familiares; Rir e falar mal da parceira no círculo de amigos; Privá-la de sua liberdade de crença, não permitindo que ela vá à igreja ou à missa, ou não permitir que ela siga uma religião diferente de sua; Não aceitar fim do relacionando; Vou me matar se você se separar; Você nunca mais verá seus filhos se a gente se separar.

Essa hostilidade não deixa sinais físicos, apenas um rescaldo emocional, por isso é menos óbvio, mas deixa uma impressão duradoura, em mulheres que sofrem, abalam-se e traumatizam-se pelo resto de suas vidas. Uma mulher que sofre de violência psicológica convive com medo, tristeza e desânimo, ansiedade e depressão, geralmente usam remédios antidepressivos e para dormir. Na maioria das vezes se sentem feias e merecedoras de simpatia ou pena e acham que é melhor morar com o agressor do que morar sozinha porque ninguém mais no mundo vai querê-la e ela se sente inútil para o marido, família ou amigos.

Nesses quase 16 anos de Lei Maria da Penha, tivemos importantes modificações e inclusões em seu texto, uma delas, feita em julho de 2021 através da Lei 14.188/2021, objeto importante deste estudo, é a inclusão da violência psicológica no Código Penal através do artigo 147 B, que criminaliza o dano emocional à mulher cominando à pena de 6 meses a 2 anos de prisão e multa caso a conduta não constitua crime mais gravoso (BRASIL, 2006).

> *Artigo 147-B—Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação". (Incluído pela Lei nº 14.188, de 2021).*

A mudança na legislação permite que a mulher exija medidas de proteção contra o agressor. O artigo 7º, inciso II, da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) já expressa o conceito de violência psicológica contra a mulher e sua inclusão no Código de Processo Penal também fortalece a proteção contra tais atos.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação

de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

O artigo 2º da Lei nº 14.188 autoriza, de acordo com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a integração dos poderes Executivo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos de segurança pública e entidades privadas, a fim de promover e implementar o Programa Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica como forma de ajudar mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Esses órgãos devem estabelecer um canal de comunicação imediato com entidades privadas de todo o país participantes do programa, a fim de prestar assistência e segurança à vítima a partir do momento em que ela comunicar sua necessidade de ajuda. No programa, a vítima pode sinalizar que precisa de ajuda fazendo um X, de preferência em vermelho, na palma da mão.

A vítima pode se identificar pessoalmente por meio do sinal em repartições públicas e entidades privadas de todo o país e, para isso, deve ser realizada uma campanha de informação e formação permanente de profissionais pertencentes ao programa (conforme previsto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) para encaminhar a vítima para atendimento especializado em sua localidade.

De acordo com instruções publicas no site do Concelho nacional de Justiça (CNJ), após a vítima fazer o sinal X vermelho na palma da mão (com batom ou qualquer outro material acessível), que permite que o sinal escape do aviso do agressor, a vítima deve então mostrá-lo a um atendente em qualquer uma das 15 mil farmácias, prefeituras, órgãos judiciais e agências do Banco do Brasil em todo o país que participam da campanha. O atendente, de forma reservada, utilizando os meios à sua disposição, registra o nome, número de telefone e endereço da suposta vítima; chama 190 para alertar a Polícia Militar; e então, se possível, leva a vítima a um espaço reservado com o propósito de aguardar a chegada da polícia. Se a vítima diz que não quer a polícia naquele momento, o atendente transmite suas informações ligando para o 190 depois que ela sai.

As instruções observam que, para a segurança de todos e para o sucesso da operação, o sigilo e a discrição são muito importantes, e que a pessoa que comparecer não será chamada à delegacia para atuar como testemunha (CNJ, 2022).

A Lei nº 14.188 também altera o Art 129 §13 do Código Penal incluindo um agravante a punição por lesão corporal simples cometida contra mulheres em razões da condição do sexo feminino.

A nova lei acrescenta ainda o artigo 147-B ao Código Penal para punir a violência psicológica contra a mulher. Sob a nova disposição, causar danos emocionais às mulheres que prejudicam e perturbam seu pleno desenvolvimento ou que visa degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões através de ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitações sobre seu direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que prejudique sua saúde psicológica e autodeterminação é punível com seis meses a dois anos de prisão, ou por multa se a conduta não constitui um crime mais grave. (Art. 4.)

Temos ainda acrescido o artigo 12-C à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que criou mecanismos de contenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do artigo 226 (§ 8º) da Constituição Federal; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; e a Convenção Interamericana de Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra as Mulheres.

De acordo com o recém-incluído artigo 12-C, uma vez que a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher ou de seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar for verificada, o agressor será imediatamente retirado do domicílio ou local de convivência com a vítima. (Art. 5.)

A violência psicológica contra a mulher no Brasil atingiu níveis alarmantes, segundo diversos órgãos oficiais. O estado de Roraima foi o que apresentou o maior crescimento registrado pelo anuário de segurança pública do ano de 2022 se comparado com o ano anterior. Devemos levar em consideração também o número de mulheres que sofrem com esse tipo de violência, mas que não denunciam.

A violência emocional é sutil, mas pode ser tão prejudicial quanto à violência física, pois abala o estado emocional da vítima, como em um crime de perseguição. O delito é um público incondicional e não requer um processo criminoso por parte da vítima.

Os Juizados de Violência Doméstica muitas vezes tentam aplicar esse "ataque psicológico" em situações de desavenças entre casais, mas nem sempre são bem sucedidos devido à falta de detalhes confiáveis sobre o tipo de crime que o réu está cometendo. Portanto, a definição final de crime é muito importante.

A violência psicológica inclui ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição e humilhação. No entanto, na Lei Maria da Penha foram regulamentadas cinco formas de violência contra a mulher, a saber: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência espiritual. Quanto mais claras forem essas abordagens, mais efetivas serão as ações do Ministério da Justiça e assuntos Públicos para proteger os direitos das mulheres vítimas.

Como observou o diretor de jurista executivo do PROCON-SP, Fernando Capez, em artigo da ConJur, "Depois que a ginasta norte-americana Simone Biles se retirou da final olímpica de ginástica rítmica, o Debate ganha novos contornos. Tóquio 2020... A ginasta, considerada um fenômeno de sua geração e favorita em sua categoria, desistiu para lidar com seus problemas de saúde mental, o que surpreendeu o mundo... A saúde mental é essencial para que qualquer indivíduo possa se desenvolver satisfatoriamente e ser produtivo em seu campo de atuação. Acontece que as mulheres são muitas vezes abusadas, restringidas e dominadas, e esses pares procuram impedir a liberdade de escolher uma esposa ou namorada, agindo como representantes fiéis de um patriarcado assassino.

Os tipos de pena contêm oito verbos, que agora estão em vigor: 1- Ameaçar, que inclui a promessa de causar injustiça e dano grave; 2- Restringir, que significa tentar evitar fazer o que a lei não proíbe; 3- Humilhar, que significa degradador, degradador; 4- Isolamento, incluindo deixar a pessoa sozinha, sem parentes ou amigos, sem apoio; 5- Manipulação, ou seja, interferir na vontade alheia, obrigando-a fazer coisas de que não gosta; 6- Extorsão, inclusive fazendo ameaças perturbadoras; 7- Zombaria, que significa ceder ao ridículo; 8- Acesso restrito, que significa impedir a circulação livre ou prisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, como as mulheres conquistam muitos direitos civis, mas também houve atos de violência que transcendem as fronteiras legais. São a chamada violência psicológica que manipula os pensamentos e ações das vítimas de inúmeras maneiras.

Como o nome sugere, esse tipo de violência envolve sacudir a psiquê de uma mulher para prejudicar seu ser de alguma forma. Comportamentos comuns incluem tentativas de controlar o comportamento, ameaças, baixa autoestima, insultos, constrangimento, ridicularização, exploração, manipulação, deturpação e humilhação da vítima.

A violência psicológica pode ser difícil de identificar, especialmente quando se trata da lei. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) promulgada em 2006 define cinco tipos de violência como crimes: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Uma vez descrita em termos legais, a violência psicológica pode finalmente ser aplicada em tribunal e o agressor condenado.

A violência psicológica contra as mulheres é agora um crime. Apesar de estar previsto na lei Maria da Penha desde sua promulgação, essa novidade é classificada como um grande avanço na prática, pois muitas vezes não são apenas brigas ou brigas ocasionais entre marido e mulher, mas comportamentos repetitivos do agressor baseados em controle, posse e humilhação.

O primeiro passo é fazer um boletim de ocorrência. Solicitar na delegacia uma medida protetiva, a exigência de proteção nas delegacias também é importante porque garante, pelo menos em teoria, que o agressor não entrará no contato com a vítima. No momento da notificação, a mulher também será encaminhada para redes de apoio e proteção, incluindo atendimento psicológico. Também é possível fazer denúncia anônima pelo telefone 180, ou em casos de risco iminente, recomenda-se entrar em contato com a Brigada Militar pelo 190.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.

Aumento da Violência Doméstica Contra Mulher na Pandemia da Covid-19 - Jus.com.br | Jus Navigandi. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/93101/aumento-da-violencia-domestica-contra-mulher-na-pandemia-da-covid19>. Acesso em: 2 jun. 2022.

ALVES, R. B., & ROSA, E. M. (2013). Prevenção da violência na adolescência:

AQUINO, S., 2006. Análise SWAT Programa de Assistência à Mulher (DEAM)

BASTOS, Marcelo Lessa. Violência doméstica e Familiar Contra a Mulher — Lei Maria da Penha: alguns comentários. Estudo sobre as novas leis de violência doméstica contra a mulher e de tóxicos (Lei 11.340/06 e 11.343/06).

BRASIL. Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 02 de junho de 2022.

BARSTED, L., 2016. Feminismo e confronto Violência contra a mulher no Brasil. existir: Sardenberg, C. e Tavares, M. (eds.), Violência Gênero contra as mulheres: suas diferentes faces e Estratégias de resposta e monitoramento. El Salvador: EDUFBA, pp. 17-40.

COUTINHO, S. M. S., & MENANDRO, P. R. M. (2015) Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: Um estudo intergeracional. Psicologia e Saber Social, 4(1), 52-71.

CAMPBELL, J. C. Consequências para a saúde da violência por parceiro íntimo. The Lancet, v. 359, n. 9314, pág. 1331-1336, abr. 2002.

Debate sobre o aumento dos casos de violência doméstica durante a quarentena [Redação Pronta]. Disponível em: <https://www.projetoredacao.com.br/blog/debate-sobre-o-aumento-dos-casos-de-violencia-domestica-durante-a-quarentena/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

DIAS, Maria Berenice. A lei maria da penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. Acesso em: 02 jun.2022.

Lei Maria da Penha completa 15 anos com alterações na legislação. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2021/08/08/lei-maria-da-penha-completa-15-anos-com-alteracoes-na-legislacao.ghtml>. Acesso em: 4 jun. 2022.

Novo tipo penal: violência psicológica contra a mulher. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-25/escritos-mulher-tipo-penal-violencia-psicologica-contraa-mulher>. Acesso em: 4 jun. 2022.

RICHTERS JMA. Mulheres, cultura e violência; uma questão de desenvolvimento, saúde e direitos humanos. Leiden: Centro de Mulheres e Autonomia (VENA), 1994.

SARDENBERG, C., 2010. Caleidoscópio de Gênero: Gênero e interseccionalidade na dinâmica relacionamento social. Mediação, Revista Científica Sociedade, v.20, p.56-96.

SANTOS, C.R., 2015. Políticas e modelos de acolhimento de mulheres em situação de violência de gênero: um estudo exploratório e comparativo El Salvador-Madri. Tese de Doutorado apresentada ao PPGNEIM/UFBA.

STOLCKE, V. 2006. O Enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1).

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-de-politicas-para-mulheres>. Acesso em: 2 jun. 2022.

Violência psicológica agora é crime! - Migalhas. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/349867/violencia-psicologica-agora-e-crime>. Acesso em: 4 jun. 2022.

https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4

UNISIGNORELLI
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL SIGNORELLI
Rua Araguaia, 3 - Freguesia - Jacarepaguá
CEP: 22745-270 - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 3312-3012
www.faculdade.signorelli.edu.br